

ELEIÇÕES 2004

Mudancistas X Conservadores

É preciso repetir a derrota dos conservadores de 2002, que levou Lula à presidência

Para o governo Lula, é fundamental que os candidatos da base aliada tenham uma vitória expressiva na eleição municipal de outubro, para impulsionar as forças comprometidas com as mudanças.

O Brasil já viveu situação semelhante. Em 1985, quando o país mal havia saído da ditadura militar, a eleição para prefeito de capitais (depois de um prolongado jejum eleitoral) foi marcada pelo confronto entre os conservadores, avariados depois da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, e as forças democráticas. Naquela conjuntura, a eleição de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo teve repercussão nacional, sendo pretexto para o fortalecimento dos setores militares e conservadores do governo federal.

Guardadas as proporções, a eleição de outubro poderá ter significado semelhante. Daí sua importância e a necessidade de fortalecer a corrente mudancista elegendo prefeitos e vereadores de suas fileiras. Importância sinalizada pela presença, em Manaus (AM), do ministro chefe do Gabinete Civil da presidência da República, José Dirceu, no comício de Vanessa Grazziotin (da frente Manaus Melhor, formada pelo PCdoB, PL, PT e outros partidos da base governista), em 23 de julho. E frisada por uma declaração do ministro: "quero voltar para Manaus, para a posse de Vanessa".

O cenário é de uma disputa acirrada em muitas cidades, grandes e pequenas, pelo Brasil afora. Em Fortaleza, pesquisas de opinião divulgadas em 25 de julho mostram a liderança de Inácio Arruda (PCdoB) com 28% dos votos. Em Recife, vislumbra-se a reeleição de João Paulo (PT), com Luciano Siqueira (PCdoB) como vice, situação semelhante à de Olinda, onde a candidatura comunista de Luciana Santos se fortalece.



Em Manaus, Michiles, Eron, os ministros Alfredo Nascimento e José Dirceu, a candidata Vanessa Grazziotin e o vice-governador Omar Aziz

Contudo candidaturas do campo conservador se apresentam também competitivas. A exceção nessa ferrenha disputa é Aracajú (SE) onde a chapa Marcelo Deda (PT) e Edvaldo Nogueira (PCdoB) é franca favorita. O confronto também ocorre nas cidades pequenas médias, onde candidaturas comunistas disputam com chances reais de vitória - como Ijuí (RS) ou Barra do Garças (MT).

São Paulo poderá ter, outra vez, papel decisivo, e é na capital paulista que se trava-

rá o choque principal; é ali onde a coalizão conservadora joga suas principais fichas, colocando o próprio ex-candidato oficial de 2002, José Serra (PSDB) para tentar derrotar Marta Suplicy (PT, PCdoB e vários partidos da base aliada) e, assim, procurar atingir o próprio presidente Lula.

No Brasil moderno, com grande parte da população concentrada em cidades grandes (entre elas algumas megalópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro), as disputas

eleitorais conjugam igualmente problemas locais, municipais, com as grandes questões nacionais. Em 2002, a eleição de Lula para a presidência da República representou a derrota das forças conservadoras, neoliberais, que dominaram o governo federal durante a década de 1990. É preciso confirmar agora, na eleição de outubro, aquele resultado e enfatizar a exigência popular por um programa de mudanças profundas na sociedade brasileira.

EDITORIAL

A imagem positiva dos comunistas

Os brasileiros preferem o socialismo ao capitalismo — 54% dos entrevistados preferem o socialismo e 33% o capitalismo. Estes dados, que já haviam freqüentado o noticiário dos grandes jornais, a partir de uma pesquisa do Ibope (publicada na revista *Veja* há algum tempo) reaparecem agora nos resultados de uma pesquisa nacional patrocinada pelo PCdoB, realizada em maio passado em 18 capitais brasileiras, ouvindo 1.176 eleitores, entre 16 a 65 anos de idade.

A imagem dos comunistas revelada pela pesquisa é positiva — para a maioria dos entrevistados, o PCdoB luta pelo por um ide-

al, ligado ao socialismo, e defende o Brasil. Sua rejeição é baixa: 72,28% afirmam que votariam ou poderiam votar em candidatos que defendem o socialismo; especificamente, entre 47 e 51% votariam num candidato do PCdoB para cargos do legislativo. Depois do PT e do PMDB, o PCdoB é reconhecido como o principal aliado do governo Lula. Não como um pequeno partido, mas com índices equivalentes ao de agremiações como PFL, por exemplo, e maiores que os do PSB em praticamente todos os quesitos. É reconhecido como lutador, e sua imagem está ligada à luta dos trabalhadores e, em particular, aos negros, jovens e mulheres.

Esta imagem de apoio e simpatia registrada pela pesquisa mostra que os brasileiros vão superando velhos preconceitos anticomunistas, identificando nos comunistas e no PCdoB um poderoso instrumento em sua busca por justiça, igualdade e soberania nacional.

A divulgação destes dados em pleno andamento da campanha eleitoral reforça o prognóstico de um resultado das urnas favorável às candidaturas comunistas. O PCdoB pretende triplicar o número de vereadores que elegeu em 2000 e eleger prefeitos em capitais e várias cidades do interior.

A mensagem comunista para os eleitores

As eleições ocorrem num contexto de embate entre as forças comprometidas com o governo Lula e as forças conservadoras

Páginas 4 e 5

Desafios da organização

É fundamental o controle da direção na nova estruturação partidária

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Página 2

PCdoB

Novos passos na organização partidária

SECRETARIADO NACIONAL DO PCdoB

A luz das resoluções do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, que aprovou em nível nacional o nosso 5º Plano de Estruturação Partidária, o Secretariado Nacional submeteu a uma avaliação os resultados desta primeira fase do plano, que previa o curso da estruturação ligado ao esforço de situar o PCdoB na batalha eleitoral de outubro.

Este balanço é dado em duas dimensões: aquela que orienta e tem como centro de ação os estados e municípios e a outra, que orienta o trabalho da direção nacional na estruturação partidária. Visa fornecer elementos para um controle e crítica em todas as esferas de atuação e ilumina os passos subseqüentes, para esta segunda fase que se estabelece entre julho e outubro, marcada pela conquista efetiva de votos para os candidatos apoiados pelos comunistas.

O sentido político do balanço foi dado na reunião do Comitê Central dos dias 10 e 11 de julho. Registra sentido positivo, quanto a ter situado o PCdoB no quadro eleitoral de maneira avançada. O Partido estará preparado para recolher uma vitória expressiva em outubro, podendo se situar entre as legendas que terão maior incremento positivo desde as eleições de 2000. Está colocada como concreta a possibilidade de elegermos prefeitos e vice-prefeitos em importantes cidades e até capitais, e triplicarmos a bancada de vereadores eleita em 2000.

No quadro de candidaturas, refletindo a realidade partidária expandida pelo país, obtivemos êxitos. Foram indicados 4.900 candidatos comunistas em todas as esferas, com forte capilarização para 1.500 municípios, pela primeira vez em nossa história recente. Não obstante, houve resultados do esforço concentrado junto às grandes cidades do país, estando o PCdoB presente em praticamente todas, com suas candidaturas. As capitais tiveram grande incremento de mobilização e lançamento de candidaturas, relativamente aos anos anteriores.

Nesse período, o Partido enfrentou as questões políticas centrais da vida do país, notadamente quanto ao posicionamento da bancada em matérias controversas e quanto à luta de idéias por um novo rumo para o país. Organizou o Encontro Nacional Eleitoral e orientou o posicionamento do PCdoB por intermédio de uma cartilha eleitoral. Os seminários sobre a cultura nacional, sobre a educação, sobre políticas públicas para a juventude estiveram ligados a esse esforço. A vida dos órgãos de direção nacional se multiplicou, sem prejuízo de uma maior presença no debate junto ao Partido pelos vários Estados. A esfera de comunicação ganhou novo escopo, com a maior presença política nos grandes meios de comunicação. A Revista *Princípios* preparou-se para sua edição bimestral.

Manteve também atuante a esfera de relações internacionais. O PCdoB marcou presença em diversos eventos internacionais. Mobilizou o Partido para a luta mundial contra a guerra, participou de atos em Solidariedade à Revolução Bolivariana na Venezuela e marcou presença na Delegação da Câmara dos Deputados à Palestina, coordenada pelo deputado Jamil Murad (PCdoB-

SP). Organizou nova visita de delegação comercial à China, além de o presidente Renato Rabelo acompanhar a histórica viagem da comitiva oficial de Lula àquele país. Participou ainda da Assembléia Mundial da Paz, na Grécia, e do Seminário Internacional "30 anos da revolução portuguesa", a convite do Partido Comunista Português, e do III Seminário Internacional "Crise, Revolução e Socialismo", organizado por *Cuadernos Marxistas* (revista teórica do PC da Argentina) e pelo jornal *Enfoques Alternativos* (dirigido por Jorge Beinstein). O PCdoB foi representado no Congresso de fundação do "Partido da Esquerda Européia", no Congresso do Partido Comunista de Boêmia e Moravia (República Tcheca). Organiza a fundação de nova entidade de luta, o Centro Brasileiro de Luta pela Paz.

Não foram desmerecidas as frentes de luta social nesse período. A participação comunista nas manifestações do 1º de Maio foi distintiva, particularmente no ato nacional em São Paulo. Uma edição especial de quase 500 mil exemplares de *A Classe Operária* foi distribuída nas grandes empresas do país. A Corrente Sindical Classista manteve-se ativa, realizou seminário nacional com vistas a um projeto neodesenvolvimentista com valorização do trabalho e atuou nas negociações frente à reforma sindical. Mantém em curso a campanha pela redução da jornada de trabalho. Teve papel destacado, junto com a Central Única dos Trabalhadores e a Coordenação dos Movimentos Sociais, que produziu a jornada de luta nacional neste 16 de julho. A juventude comunista empenhou-se nacionalmente na realização do Congresso da UJS, o maior de sua história, com amplos êxitos, mobilizando 50 mil militantes. A conquista do PL 2.710, do Fundo Nacional da Moradia, a mobilização para a Conferência das Mulheres e a articulação entre as frentes de luta de massas foi perseguida pelos comunistas, reforçando a agenda de mobilizações da Coordenação dos Movimentos Sociais.

Nas frentes internas, progrediu em todas as esferas a elevação do trabalho de direção, a partir do centro nacional. Realizou-se o 1º Encontro Nacional sobre questões de Partido (na qual resultou da edição de um livretinho sobre o tema, bem como conseguimos publicar um livro tratando do tema Partido); foram publicadas duas edições especiais de *A Classe Operária*, para o proletariado e para a juventude, que ajudaram a direcionar o crescimento partidário. A cadeia de rádio e TV foi ao ar em 25 de março, com a melhor repercussão de sua história. Pesquisa nacional foi realizada sobre a imagem do Partido na sociedade. Está em desenvolvimento a preparação do 2º Encontro sobre o Proletariado, e o sistema Rede Vermelha finalmente entrou no ar, sendo o mais avançado entre todos os partidos políticos do país. O *Diário Vermelho* ganhou o prêmio do iBest como melhor portal de política no país na internet. O portal do PCdoB, com a página Partido Vivo, foi renovada e busca alcançar a militância em geral. A Escola Nacional progrediu em sua estruturação e descentralizando cursos pelo país. Milhares de militan-

tes participaram do Bem-vindos camaradas! O IMG se fortalece e implementa um plano de ação. As finanças ganharam nova esfera de atividade, com a maior inserção institucional do Partido. A frente de relações institucionais e políticas públicas foi de fato instituída e elabora seus planos de trabalho.

Quanto à mobilização partidária, nas conferências de junho obteve-se avanço. Tomando os onze estados que forneceram dados comparativos como base, a mobilização militante se manteve nos marcos do esforço de outubro de 2003, mês das conferências ordinárias, com ligeiro incremento. Confirmase o crescimento partidário e manutenção do novo contingente em suas fileiras. Os marcos relativos distintivos ficaram para o AC (incremento de 128% na mobilização militante), SC (122%), RJ (17%), AM (8%) e PR (6%). O marco absoluto tornou a ficar com SP, que mobilizou 12.023 militantes, com 6% de incremento. Realizar de fato assembléias de base para incorporar essa militância foi uma batalha vencida por SP e RJ (onde se incorporaram 80% da militância) e AM (52%). Nas 24 capitais que forneceram dados, alcançamos êxito no desafio de aumentar os efetivos mobilizados, num total de 17%, comparativamente a outubro de 2003. Destaques foram em Teresina (71% de incremento), Rio de Janeiro (31%), Manaus (24%) e Fortaleza (18%). Avançou também, embora em menor escala, o esforço de realizar as conferências eleitorais precedidas de assembléias de base — nessas capitais reunimos 8% mais OBs, em comparação com 2003.

São realizações num tempo concentrado, que aproveitam o curso político e o justo posicionamento do PCdoB. Impõe-se perseverar no esforço de estruturação, adequado ao novo tipo de ação que terá lugar de julho a outubro, marcado pela busca do voto num esforço massivo.

Pode-se dizer que o aspecto mais marcadamente negativo deste processo continua a ser o controle necessário em todas as esferas, para que possamos iluminar o estado de aplicação dos planos, fazer ajustes e correções. Isso permitiria aferir a realidade em cada estado, seu nível desigual de desenvolvimento no âmbito do 5º PEP. A cultura política de subestimação do controle prevalece ainda como fator de atraso e invoca concentração de trabalho de direção e visão científica de métodos de trabalho, em benefício da sua maior e melhor estruturação. Atinge os comitês estaduais e mesmo a direção nacional e suas diversas secretarias.

As diretivas para esta segunda fase da atual etapa do 5º PEP são:

1 A disputa eleitoral deve ser posta no centro do esforço político. Atentar para o posicionamento político das campanhas comunistas, bem como para o necessário esforço de priorização eleitoral visando atingir os objetivos almejados em cada situação, segundo as indicações da Resolução do Comitê Central. Dirigir efetivamente a campanha dos comunistas por intermédio dos comitês de campanha amplos e massivos.

2 As direções partidárias devem manter-se funcionando e atuar no comando do Partido em toda sua complexidade, inclusive durante a campanha eleitoral. Não se dispensar no esforço eleitoral e consolidar os comitês municipais como direções efetivas do Partido e da campanha.

3 A campanha eleitoral precisa de amplos recursos materiais para alcançar os objetivos fixados. Garantir a captação desses recursos a partir dos principais dirigentes, lideranças políticas e candidatos do Partido, planejando contatos e ações concentradas e controladas a partir dos órgãos de direção, bem como ações de massa com esse fim. Intensificar o esforço pelas contribuições financeiras de todos os dirigentes partidários.

4 O Partido precisa crescer na campanha eleitoral, realizando filiações a partir dos comitês eleitorais e ações de massa. O esforço deve ser direcionado por meio da campanha de nossos candidatos, cujos materiais programáticos mais gerais devem conter o chamado a ingressar no PCdoB e fornecer indicações de como isso pode se efetivar e pelo direcionamento da campanha aos segmentos definidos como estratégicos para o nosso Partido — os trabalhadores das grandes empresas, a juventude, segmentos da intelectualidade.

5 As Organizações de Base — OBs — devem constituir comitês amplos de campanha em sua área de ação, procurando dirigir suas atividades. Constituir novas organizações no esforço de campanha, aproveitando os amigos e apoiadores de nossos candidatos como parte do esforço por uma campanha organizada e enraizada em redutos de massa de nossos candidatos. Aproveitar a estrutura de campanha para realizar campanha de formação em torno do Bem-vindo camarada! durante essa fase, para o que se deverá reeditar *A Classe Operária* com o conteúdo do Bem-vindos camaradas!

6 As lutas sociais e de massas permanecem como espaço de atuação. Fortalecer nossa presença estruturada nessas lutas e ligá-las ao esforço eleitoral. Manter estruturada a UJS na campanha eleitoral e incorporá-la, organizadamente, ao esforço eleitoral.

7 A ampla comunicação com a militância é fator de mobilização partidária. Ampliar a circulação de *A Classe Operária* durante o período eleitoral, estendendo o esforço aos comitês eleitorais, amigos, simpatizantes e eleitores, além dos militantes. Estimular o acesso militante não só ao nosso *Diário Vermelho*, mas também ao Partido Vivo, como fontes de informações diretas da direção nacional.

8 O controle do plano de campanha e da estruturação partidária é essencial. Sanar a grave debilidade desse controle por meio da gestão central do esforço, que é das secretarias de organização, mas como trabalho coletivo de direção, que envolve todas e cada uma das frentes de direção e exige que o tema seja pautado com regularidade nos órgãos centrais de direção executiva em todos os níveis.

São Paulo, 20 de julho de 2004

Reunião das Comissões do CC sobre o 5º PEP.

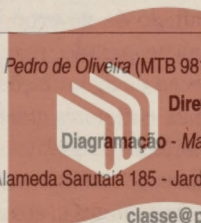
Secretariado Nacional do PCdoB

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Jornalista responsável Pedro de Oliveira (MTB 9813SP), Edição - José Carlos Ruy - Carlos Pompe - Edvar Bonotto - Priscila Lobregatte

A Classe Operária



CDM

Diagramação - Marco Godoy - Administração - Francisca de Andrade
Alameda Sarutaia 185 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 01403-010 Tel 11 3054 1800
classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe

OLIMPIADAS

Brasil quer desempenho histórico em Atenas

O Ministério do Esporte ajudou a garantir recursos para enviar 241 atletas para a Grécia

PEDRO VENCESLAU ENTREVISTA AGNELO QUEIROZ

“A vitória na Copa América comprova que o Brasil é o melhor dentro de campo. Agora o Ministério do Esporte, através do Grupo de Trabalho sobre o futebol, está tomando as medidas necessárias para que fora de campo tenhamos a mesma eficiência, do ponto de vista administrativo, mostrada pela nossa seleção”, declarou o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz em entrevista concedida para **A Classe Operária**.

Se no futebol o Brasil demonstra talento de longa data, nos demais esportes o país cresce a passos largos e pode bater seu recorde histórico de medalhas olímpicas em Atenas. Pelo menos essa é a expectativa geral pois a delegação verde-amarela aos Jogos Olímpicos, em Atenas, será uma das maiores e mais bem preparadas de sua história. Ela só perde em tamanho para a de Atlanta, em 1996. Mas, no quesito qualidade, inspira muito mais confiança. Serão 241 atletas brasileiros (123 homens e 118 mulheres). Pela primeira vez a ginástica competirá em equipe, o remo feminino estará presente e o atletismo irá completo, com 33 vagas, um recorde. Além disso, o Brasil está competindo em 27 modalidades de um total de 37.

Outro evento esportivo que dividirá

com Atenas os holofotes da mídia será o jogo Brasil e Haiti, sediado no país que acaba de sair de uma sangrenta guerra civil e onde nossos jogadores são idolatrados. Preço do ingresso: uma arma, que será entregue para o governo como parte da campanha nacional de desarmamento. A iniciativa do jogo partiu do próprio presidente Lula, que incumbiu Agnelo de organizar o evento em parceria com a CBF.

A ação do ministério do Esporte foi decisiva para que a delegação contasse com os maiores patrocínios de sua história. “Todas as estatais que patrocinam o esporte têm a chance de do ministério do Esporte. Nós temos o papel de articular e avaliar”, disse o ministro Agnelo Queiroz. É o caso, por exemplo, dos patrocínios da Eletrobrás — no basquete feminino — e da Caixa Econômica Federal, no atletismo.

A Classe Operária: Qual a importância do esporte como política pública?

Agnelo Queiroz: O esporte ainda não é tratado, na maior parte do mundo, como política de Estado. Estamos começando uma experiência no Brasil a partir da eleição do presidente Lula. Para ele o esporte deve servir para o desenvolvimento humano e econômico do nosso país. Deve ser ferramenta de inclusão social. Uma ferramenta que é

barata e efetiva. Ocupar o tempo livre do jovem com o esporte é formá-lo melhor. O esporte constrói a imagem de um país, atrai turismo e eventos que geram empregos e renda. Faz parte da indústria do entretenimento, que é a que mais cresce no mundo.

A Classe Operária: Como o esporte era visto antes do governo Lula?

Agnelo Queiroz: Tinha uma secretaria ou um ministério extraordinário. Não havia condições sequer de negociar de igual para igual com os colegas ministros. Não se despachava diretamente com o presidente da República. Hoje, o esporte é tão importante quanto a saúde e a educação. Ao se montar um ministério específico de esporte, passa-se a ter uma política nacional de esporte, um sistema. Por isso fizemos a primeira Conferência Nacional do Esporte. Levamos o debate para além da cabeça de alguns iluminados, fomos até a sociedade. O foco agora é o desenvolvimento humano e não só a competição. A nossa prioridade é a inclusão social.

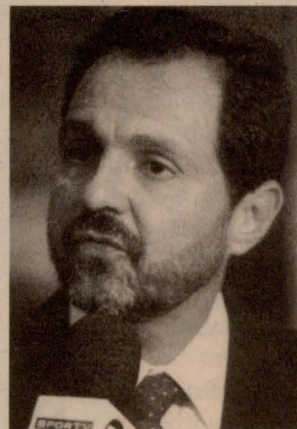
A Classe Operária: Como o ministério consegue manter tantas ações, em campos tão variados, com tão pouco dinheiro?

Agnelo Queiroz: O ministério é pequeno, por isso temos que ser capazes. Temos que ter criatividade e muita disposição

para trabalhar. São 16,17 horas por dia de trabalho na nossa rotina. A atividade do gabinete vai até 23 horas sempre. Outro aspecto são as parcerias. Há uma receptividade enorme da área privada e das estatais para nossos projetos. Temos mais de cem parceiros. Com isso é possível realizar programas como “Segundo Tempo”, que tem um custo de R\$ 25 por criança ao mês, um custo irrisório. Esse projeto amplia a atividade esportiva de crianças e jovens fora do turno escolar, por meio de ações integradas com o setor educacional, capacita professores e estagiários de educação física, distribui material esportivo às escolas e garante merenda no turno extra.

A Classe Operária: Qual sua expectativa sobre a participação do Brasil em Atenas?

Agnelo Queiroz: O resultado vai ser melhor que em Sidney. Isso é um processo, é fruto de uma política que continua depois das Olimpíadas. As equipes têm um financiamento maior dessa vez. Vamos ter mais medalhas.



Agnelo Queiroz

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Balanco de seis meses

O ministério da Coordenação Política divulga balanço de sua ação no primeiro semestre de 2004

O balanço das atividades do ministro Aldo Rebelo, da Coordenação Política, divulgado no final de julho, revela que o alinhamento de forças políticas na Câmara e no Senado teve importante papel para a viabilização de matérias da chamada ‘agenda microeconômica’ e de reestruturação das instituições como a reforma do Judiciário — esquecida há 13 anos no Senado.

Os projetos apreciados compõem o arcabouço legal necessário para fortalecer a economia e concretizar o projeto do governo Lula de gerar empregos, distribuir renda e fortalecer o Brasil no cenário internacional.

Das matérias analisadas no Congresso, pelo menos três são verdadeiros marcos na legislação: a reforma do Judiciário, a lei de falências e a reestruturação do setor elétrico. As regras para o setor elétrico disciplinam a comercialização de energia e criam a Empresa de Pesquisa Energética para reorganizar e planejar a produção de energia.

A reformulação da lei de falência, por sua vez, traz uma visão moderna do setor produtivo ao criar o instrumento da recuperação judicial, um conjunto de regras que permite a reestruturação da empresa em dificuldade financeira.

Em relação à reforma do Judiciário, o governo conseguiu articular a aprovação no Senado do novo regimento para esse poder, depois de mais de 13 anos de tramitação. O texto traz transparência ao Poder Judiciário, adotando o controle externo da função administrativa. Também inovou ao criar a súmula vinculante.

Dentre outras matérias importantes, em que o ministro teve atuação, estão a PEC paralela da Previdência, que corrige eventuais distorções, a lei de biossegurança e as Parcerias Público-Privadas, foram aprovadas na Câmara e em tramitação nas comissões do Senado.

Algumas das iniciativas tem inequívoco caráter social, como o Programa de Arrendamento Residência, que oferece habitação à população de baixa renda por meio da opção do arrendamento, ou o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, que vai gastar neste ano R\$ 246 milhões com o transporte escolar em áreas rurais para atender 3,25 milhões de crianças.

Neste balanço, destacam-se: a) a aprovação do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que prevê investimentos de 1,8 trilhão de reais até 2007, em sua maior parte destinados à educação, saúde e energia, e b) a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, para executar as políticas de desenvolvimento industrial, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia. Deverá fomentar estratégias competitivas que auxiliem o Brasil a transpor o atual estágio de desenvolvimento industrial para atingir novo patamar, baseado nos processos de inovação. O projeto prevê a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

ECONOMIA

Economistas em pauta

Radiobrás entrevista especialistas para discutir os rumos da economia nacional

Uma série de entrevistas realizadas pela Radiobrás destaca a economia brasileira e a opinião de grandes especialistas sobre os caminhos para a retomada do crescimento. Disponibilizadas no sítio da Agência Brasil (www.radiobras.gov.br), as entrevistas trazem informações e análises relevantes sobre a atual conjuntura econômica e as alternativas para o fim da estagnação.

Os primeiros a participar deste ciclo foram Luiz Gonzaga Belluzzo e Luiz Carlos Bresser Pereira. Belluzzo teve papel crucial na elaboração do Plano Cruzado em 1986; atualmente, é professor na Unicamp e consultor da revista *Carta Capital*. Para ele, “a herança mais perniciosos dos últimos dez anos foi provocada pela abertura financeira na economia. Ao invés de cumprir a promessa de que complementar a poupança interna, isso nos levou a uma queda da taxa de investimento e a acumulação de uma dívida interna impressionantemente alta em pouco tempo — saiu de R\$ 60 bilhões para R\$ 1 trilhão hoje — e que mobiliza as políticas fiscal e monetária”.

Sobre investimentos na área produtiva, Belluzzo destacou que “no Brasil, há claramente um problema na estrutura da oferta de crédito. As empresas temem se endividar, com uma taxa de juros tão alta e, ao mesmo tempo, nós temos um problema grave na estrutura de

oferta de crédito. O sistema bancário brasileiro é altamente inadequado na sua forma atual para atender essa demanda; é preciso que alguém rompa essa inércia em algum ponto”.

Bresser Pereira foi ministro da Fazenda durante o governo José Sarney (1985-1989), responsável pelo Plano Bresser (1987), feito para realizar ajustes no Plano Cruzado.

Atualmente, é professor da Fundação Getúlio Vargas. Bresser, que também foi ministro da Administração de Fernando Henrique Cardoso, acusou a política macroeconômica de “motivo fundamental” da baixa taxa de crescimento a partir de 1994, pois ela “não garantiu a estabilidade completa da economia”. Ele destacou ainda que um fator no atual governo possibilitou uma melhora no quadro econômico: a desvalorização do câmbio. “Graças às duas crises de balanço de pagamentos que nós tivemos, uma em 1998 e outra em 2002, houve uma desvalorização do câmbio. Foi, por isso, em parte, resolvido o grande problema que causava a estagnação da economia brasileira desde 1994, a supervalorização do câmbio, que aumentava o consumo artificialmente e impedia o crescimento. Hoje, a taxa de câmbio brasileira está quase no nível correto, devia estar um pouco mais alta ainda, mas esse nível já é bastante bom”.

Belluzzo: “a herança mais perniciosos dos últimos dez anos foi provocada pela abertura financeira na economia”

PCDoB

Pela vitória das idéias renovadoras

As eleições municipais ocorrem num contexto de embate entre as forças comprometidas com o governo Lula e as forças conservadoras

RENATO RABELO*

O embate eleitoral de 2004 se realiza num momento político em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai definindo sua fisionomia real — carregada de aspectos contraditórios quanto ao rumo e à forma de governar e dirigir suas ações. A base de sustentação do governo na Câmara e no Senado — com caráter político heterogêneo — e o PT, partido hegemônico — em meio a redefinições e disputas internas —, requer uma coesão mais explícita e constante, sobretudo no Senado.

A base de sustentação social (influenciada pelos partidos de esquerda, organizações sociais e camadas inorgânicas que votaram em Lula), na sua maioria, demonstra seu apoio. Uma parte, todavia, questiona a falta de cumprimento dos compromissos assumidos e aumenta o descontentamento com o rumo do governo. O movimento social, sem uma recomposição definida, vai se reorganizando e busca suas bandeiras comuns diante do novo ciclo político vivido pelo país. A oposição conservadora, cujo núcleo está no PSDB, tem conseguido se estruturar, e aumenta a pressão dos setores políticos e econômicos conservadores para a manutenção da política macroeconômica neoliberal. Neste sentido, edificam-se centros de pensamento estratégico neoliberal, como o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), em São Paulo, e o Instituto de Estudos de Política Econômica (IEPE/Casa das Garças), no Rio de Janeiro. Em outro plano, é nítida a má vontade de grande parte da mídia em relação ao governo. Contudo, são muitas as vozes que clamam por um novo pensamento econômico, que possa forjar um novo projeto de desenvolvimento com soluções não-ortodoxas — que, porém, ainda não se constituíram em uma saída concreta. A mídia tem dado grande dimensão às contradições no núcleo político do governo, sendo isto, na realidade, a expressão existente, no seio do PT, de concepções exclusivistas, de partido onipresente, de governo petista versus governo de coalizão e de projetos próprios que aguçam o apetite na relação de poder.

De modo simbólico na conjuntura presente, os conservadores

fazem grande alarde sobre a “comemoração dos 10 anos do Plano Real” e, por outra parte, o governo Lula destaca a celebração de seus 18 meses de existência. Na comemoração do Plano Real esteve implícita ou explícita a herança encontrada pelo novo governo. É importante considerar que, em relação a essas duas questões — a herança deixada pelos oito anos de FHC e o resultado até agora obtido, bem como a perspectiva do governo atual — é que vão se plasmando as tendências políticas atuais. A tendência conservadora, apesar das nuances existentes, mesmo reconhecendo as dificuldades legadas, chega a afirmar que grande parte dos obstáculos decorreu da própria vitória de Lula, que gerou desconfiças nos agentes econômicos dominantes e que o saldo da herança é positivo — teve muito de “bendita”. Quanto ao novo governo, seria “despreparado para governar” e não teria nenhum projeto novo que leve à mudança¹. No âmbito do go-



Renato Rabelo faz intervenção durante reunião do Comitê Central

verno, existe uma tendência predominante que aposta na combinação do velho com o novo; encampa parte significativa da herança e renega outra. Mais precisamente, procura conciliar a política macroeconômica ortodoxa convencional com políticas de protagonismo estatal para o desenvolvimento (política industrial, PPP, modelos e agências reguladoras, função do BNDES etc). Ademais, o núcleo de defesa e aplicação da política ortodoxa (equipes do Ministério da Fazenda e Banco Central) chega a exprimir que a herança é até satisfatória, divergindo quanto ao papel protagonista do Estado no processo desenvolvimentista, intrometendo-se em todos os assuntos que definem o rumo a ser tomado. Outras tendências no seio do governo, que não se constituem ainda num sistema configurado, buscam reforçar o papel do Estado na retomada do desenvolvimento e encontrar novas saídas macroeconômicas para o país — a construção de novo modelo de desenvolvimento.

A busca de conformação de um novo modelo de desenvolvimento, distinto do neoliberalismo, que no âmbito governamental é diversificada, aparece na sociedade como um esforço para definição de um novo pensamento econômico e a defesa de alternativas à atual orientação econômica.

Em resumo, a luta entre a tendência progressista e a tendência conservadora está composta, entre outras, pelas seguintes disjunções políticas e econômicas: Estado ou mercado na direção do desenvolvimento; saída macroeconômica ou microeconômica (melhor funcionamento dos mercados e redução das ineficiências na alocação de recursos); controle seletivo da conta de capitais ou sua liberalização completa, chegando à conversibilidade do real (dolarização); políticas sociais de caráter universalizante ou focalizante. É claro que, em torno dessas disjunções na definição de um novo caminho, há também posições com forte ardor voluntarista, que já defendem de imediato saídas anticapitalistas, distantes da realidade vigente. Mas há um esforço objetivo, resultante da situação em evolução, que pode permitir que brote na atualidade um pensamento renova-

dor, que sustente a construção de um novo projeto desenvolvimentista para o Brasil. A realidade indica que a construção de uma alternativa ao neoliberalismo, na fase atual do capitalismo, compreende uma luta difícil e prolongada que pode ir além do mandato atual do governo Lula. Esse confronto abarca os âmbitos da teoria, da ideologia, da política e da economia.

É nos marcos dessa compreensão mais ampla e da situação presente que devemos nos situar e reforçar a tendência renovadora. A volta das forças conservadoras, com uma nova direita de marca tucana, barraria essa tendência, adiando-a imprevisivelmente — o fortalecimento dos conservadores nos levaria ao retrocesso político. No entanto, a possibilidade de existir uma alternativa revolucionária conseqüente e viável, capaz de impedir a volta conservadora, não está posta — colocar na ordem do dia uma saída revolucionária nos isolaria e teria conseqüência política negativa.

Então, a luta pela configuração do pensamento renovador, que sustente um novo projeto desenvolvimentista, ainda tem seu leito nos marcos do governo Lula, no bojo de suas contradições e no entrecchoque político e social atual. Portanto, é em consonância com essa linha que nos orientamos para a batalha eleitoral em curso.

As eleições municipais

As eleições municipais, apesar de serem uma disputa política local, necessariamente se darão num contexto do embate entre dois campos básicos de forças que buscam seu fortalecimento, tendo em vista o rumo político futuro: as forças comprometidas com o governo Lula e as forças conservadoras derrotadas em 2002. Não obstante, prevalece certa dispersão nas alianças num campo e noutro. Considerando-se o conjunto da campanha eleitoral, que se compõe das batalhas do primeiro e do segundo turnos, o objetivo central do PCDoB é fortalecer, com a vitória, o campo da base de sustentação do governo Lula e derrotar as forças conservadoras que, aliadas do centro do poder, lutam por viabilizar seu retorno. Nossa tática indi-

ca que se amplie ao máximo a aliança com as forças capazes de compor o campo do governo atual, tentando também neutralizar alguns setores conservadores.

Nas eleições municipais, por serem primordialmente um grande embate político e voltadas aos assuntos da cidade, a mensagem do Partido deve ser política e administrativa: 1) assenta-se no desafio impostergável de que o Brasil precisa crescer de forma sustentável com distribuição de renda; um ano e meio de governo é ainda pouco tempo para resultados apreciáveis (o que implica antes de tudo na definição de rumo), diante de uma herança de um país comandado pela dívida pública — leia-se rentistas e grandes credores financeiros — e submetido a forte vulnerabilidade externa, vivendo profunda crise social; 2) deve ter como centro a defesa de uma plataforma clara com projetos concretos voltados para a resolução dos problemas candentes da vida do povo local e da condição da cidade, tendo como base o desenvolvimento econômico e social do município, sua modernidade e a qualidade de vida de seus habitantes.

A luta pela renovação, por um novo projeto desenvolvimentista, ainda tem seu leito nos marcos do governo Lula

No embate político, que advirá da marcha eleitoral, devemos demarcar nitidamente a responsabilidade das forças opositoras (PSDB e PFL) no legado de crise recebida pelo governo Lula, a sua tentativa de aparecer como defensores dos anseios populares;

a defesa do governo Lula, destacando seu aspecto democrático e as iniciativas positivas; a perspectiva defendida pelo PCDoB de um Pacto Nacional pelo Desenvolvimento e Emprego para sustentar e impulsionar o desenvolvimento.

Na apresentação feita pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, por ocasião da celebração do ano e meio de governo, foi alinhada uma série de dados confirmando a retomada do crescimento econômico, a recuperação industrial, o controle da inflação, o crescimento do emprego com Carteira assinada e a elevação das vendas de bens de consumo não duráveis, além dos êxitos alcançados pela política externa e comércio exterior.

Há, efetivamente, uma retomada do crescimento da economia, já esperada. Em 2003, a variação do Produto Interno Bruto caiu a zero. Com os últimos dados da expansão industrial, a “maior nesses 14 anos”, prevê-se inclusive que o crescimento chegará a 4% do PIB neste ano. A retomada do crescimento é benéfica ao país. Vamos saudá-la, mas sabemos dos seus limites. A taxa de investimento que garantirá a sua sustentabilidade é muito baixa, em decorrência da política fortemente contracionista em curso e da sua impossibilidade de superar a vulnerabilidade externa. É um crescimento cíclico, dentro do velho modelo — insuficiente para fazer frente às necessidades do país. Este debate é importante, ele está em marcha, mas no contexto da luta eleitoral devemos ressaltar a nossa contradição antagônica com a oposição conservadora e a necessidade de construir um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, reafirmando nossa pro-

posição de Pacto Nacional pelo Desenvolvimento e o Emprego.

As forças políticas

Depois da realização das conferências partidárias — demonstração de grande movimentação política —, podemos avaliar a disposição das forças políticas para o embate eleitoral. As alianças formadas apontam para uma certa dispersão do campo das forças políticas lideradas pelo presidente Lula. O PT lançou candidatos próprios a prefeito em 23 capitais e em 77 dos 95 municípios com mais de 150 mil eleitores. Realizou coligação com o PCdoB em 17 capitais. Dividiu-se com relação ao PCdoB em Fortaleza e Teresina. Atraiu o PTB em capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba; o mesmo se deu em relação ao PL em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis e Belém. As forças do PMDB nas capitais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e algumas outras optaram prioritariamente por demarcar campo próprio. Tal foi o caso do PSB em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e, mesmo, em Fortaleza e Manaus (onde Inácio Arruda e Vanessa Graziotin, do PCdoB, encabeçam as respectivas chapas). O PSB lançou candidaturas próprias em 15 capitais e só em duas apóia partidos de oposição ao governo

Lula. Já o PTB lançou cinco candidatos próprios e apóia adversários do governo Lula em três capitais. O PL apostou em seis candidatos próprios e, em três cidades, participa de chapas encabeçadas pela oposição. O PSB apoiará os candidatos petistas em outras sete capitais. Outro partido da base aliada que empata com o PL e com o PSB, no apoio a candidatos petistas, é o PTB. Os acordos entre o presidente do PTB, Roberto Jefferson, e o do PT, José Genoíno, fizeram com que o PTB aumentasse seu apoio ao governo. O PMDB tem 11 candidaturas próprias e apóia partidos da oposição ao governo Lula em outras seis. Já com o PPS, o PT só terá o apoio em Belo Horizonte e Palmas. O PPS se aliou, no entanto, com a oposição à base do governo no Congresso em cinco capitais.

Por isso, espera-se que o campo de sustentação do governo saiba apreciar, no decurso do processo político eleitoral, as exigências de acordos para garantir a eleição de alguém desse campo no segundo turno. Impõe-se ainda, nas localidades onde as forças do nosso campo saíam divididas, ter claro que o alvo, notadamente, é o campo da oposição conservadora. O conjunto das forças do campo do governo deve compreender essa necessidade, sobretudo o PT, uma vez que lançou o maior número de candidaturas.

Pelo lado oposicionista, não se cumpriu a promessa anunciada pelo PSDB de que as figuras mais proeminentes do tucanato entrariam na disputa para “derrotar o governo”. Apenas José Serra, em São Paulo, e Beto Richa, em Curitiba, comparecem para isso. Mas seu objetivo é inequívoco: derrotar o governo. Esta é sua estratégia em capitais tão importantes como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, entre outras. Sem dúvida, as atenções estarão concentradas nos principais colégios eleitorais, com destaque às capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará. Nelas, por ora, surge uma tendência de forte disputa, sem claro favoritismo, de saída, das forças aliadas ao governo Lula. No Paraná, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Acre, Pernambuco, Amapá, Espírito Santo, Goiás e Pará há boas chances de eleger prefeitos do campo governista nas capitais.

Desde 1996, só PSDB, PMDB, PFL, PPB

(hoje PP) e PT conseguiram mais de 10% dos votos para prefeito no país inteiro, obtendo cada qual em torno de 15%. Não deve haver grande mudança neste quadro, decantando as legendas maiores. Devem crescer PTB, PL e, em outra escala, PCdoB e PSB. PPS pode crescer, mas está fraturado. Quanto ao PDT, não há elementos disponíveis. Ressalte-se que a decisão do Senado de enterrar a PEC relativa ao número de vereadores, fazendo prevalecer a resolução leonina do TSE, deverá produzir efeitos ulteriores impossíveis de apreciar por ora. A medida teve sentido antidemocrático, seja pela redução da representação, seja pela mudança das regras do jogo durante a própria partida. Nos municípios médios, a redução das vagas é de 28%.

Os comunistas no pleito

Quanto ao PCdoB, está em 17 capitais aliado ao PT, indicando o candidato a vice-prefeito em sete; em quatro vai com candidaturas próprias competitivas; em três, com PSB; em uma, com o PPS; noutra, com o PDT; e outro a vice-prefeito em Boa Vista, capital de Roraima, com o PPS. Lança 105 candidatos próprios a prefeito, em 22 estados, e 156 vice-prefeito. Nas cidades com mais de 100 mil habitantes, tem candidatos a prefeito em sete e a vice-prefeito

em 17. Do total de municípios onde temos candidaturas majoritárias a prefeito, temos por vice 49 do próprio PCdoB, 12 do PT, 7 do PL, 5 do PV, 2 do PPS, 13 do PDT, 2 do PCB e 2 do PMDB e outro do PTB. Esses municípios representam 8,25% da população brasileira.

O Partido Comunista do Brasil apresentará quase 4.800 candidatos a vereador, 362 dos quais em capitais, em 1.543 municípios. Tem atualmente 305 vereadores. Concorrerá com 81 chapas próprias de vereador, 4 delas em capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Teresina, com 183 candidatos). Nas eleições proporcionais em capitais, em 13 (metade do total) estamos em coligação formal com o PT. Quanto ao quadro de alianças proporcionais, nas cidades com mais de 100 mil habitantes estamos em 106 com o PT; 20 com o PMDB; 17 com o PPS; 14 com o PSB; 12 com o PDT; dez com o PTB; sete com o PL; cinco com o PSDB; além de outros municípios ainda não computados. Nas cidades onde temos candidatos a vice-prefeito, 42 são com o PT, a prefeito; 15 com o PMDB; 11 com o PSB; 6 com o PL e 4 com o PPS.

O PCdoB, desde 2000, vem em franco crescimento, acelerado a partir da posse de Lula. Crescemos, nestes 18 meses, 72% em militância e quase 100% no número de municípios onde estamos presentes. Fomos 200 mil filiados e 60 mil militantes reunidos nas conferências ordinárias há oito meses. Agora,

comprovando essa extensão da influência e fileiras comunistas, com respeito às eleições similares de quatro anos atrás, aumentamos em 275% o número de candidatos a prefeito que lançamos (105 contra 28).

Em 2000 elegemos a prefeita de Olinda e sete vice-prefeitos, dos quais dois em capitais. Em 2004 aumentamos em 128% o número de candidatos a vereador (4.800 contra 2.097) e em 10% o de municípios onde participamos de eleições (757 contra 1543). Quanto ao esforço partidário na preparação das conferências das capitais deste ano, mobilizaram-se 15.500 militantes, em 633 assembleias de base. Isso representa um crescimento de 12% na mobilização, desde outubro passado, mostrando que o Partido assimila as orientações do 1º Encontro Nacional sobre Estruturação Partidária.

As prioridades do Partido, no quadro da batalha eleitoral, estão nas eleições majoritárias de Fortaleza, Manaus, Rio de Janeiro, Teresina e em Olinda (importante cidade de Pernambuco, onde a atual prefeita, Luciana Santos, do PCdoB, concorre à reeleição). Em Fortaleza e Manaus, com chapas encabeçadas por Inácio Arruda e Vanessa Graziotin, os comunistas conformaram alianças amplas, envolvendo partidos e forças políticas de grande expressão estadual. No Rio de Ja-

neiro, a candidatura de Jandira Feghali apresenta considerável potencial de crescimento. Em Teresina, Robert Rios pode se transformar em pólo importante do voto progressista. Em Olinda há nítida tendência para uma decisão no segundo turno, quando um leque bem mais amplo de forças poderá garantir a vitória de Luciana Santos.

Também são importantes para o PCdoB os pleitos de Salvador, São Paulo, Recife, Aracaju, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Rio Branco e de várias cidades espalhadas pelo Brasil, onde o Partido pretende eleger prefeitos. No seu conjunto, por sua envergadura e por ser a primeira batalha eleitoral disputada pelo Partido em situação de força integrante do governo federal, esta eleição se revestirá de um papel fundamental, pois contribuirá para fortalecer as forças progressistas em geral, e o Partido Comunista em particular, para prosseguir a luta por um Brasil soberano, democrático e de bem-estar para seu povo.

* presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, intervenção na reunião do Comitê Central, 10 de julho

(1) Entrevista de Fernando Henrique Cardoso à revista Primeira Leitura, 29/7/2004.

HOMENAGEM

Aeronáutica condecora comunistas

Em solenidade realizada dia 20, em Brasília, a medalha “Mérito Santos Dumont” foi entregue a Eduardo Bomfim, secretário adjunto da Coordenação Política, e Lúcia Ana de Melo e Silva, assessora especial do ministro Aldo Rebelo, ambos do PCdoB, além de outras 130 personalidades. A homenagem, criada em 1956, é um reconhecimento a militares e civis que tenham prestado importantes serviços à Aeronáutica brasileira. Os homenageados foram destacados pelo espírito de patriotismo e de apoio às iniciativas da Força Aérea Brasileira, ao conjunto de atividades da Aeronáutica e ao projeto espacial brasileiro.

Na cerimônia, estiveram presentes o vice-presidente da República, José Alencar, o ministro da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. As medalhas foram entregues pelo comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar Luiz Carlos da Silva Bueno. Eduardo Bomfim reafirmou seus propósitos, defendidos desde os tempos em que era deputado Constituinte, de continuar lutando pela união do povo brasileiro em busca de seu destino maior e do qual as Forças Armadas são parte importante. Ele destacou que a Aeronáutica e a Força Aérea

Brasileira desempenham papel estratégico num país da dimensão continental como o Brasil e, junto com Exército e Marinha, defende a integridade do território e zela pela segurança da nação dentro dos preceitos constitucionais.

Conforme salientou Lúcia Ana ao receber a medalha, a condecoração foi “um grande presente. Este é o reconhecimento do trabalho do ministro Aldo Rebelo e da política correta do PCdoB, na defesa do nosso povo e do nosso país. Essa medalha é nossa”.

O comando da Aeronáutica comemora anualmente o aniversário de nascimento de seu patrono, Alberto Santos Dumont, com a entrega das condecorações. Neste ano, completam-se 131 anos de seu nascimento. Em mensagem enviada especialmente para a cerimônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que “um grande sonho só se transforma em um grande feito quando alimentado pela perseverança, pela determinação de ir mais além. É, pois com justificado orgulho que a Nação Brasileira hoje celebra o nascimento de Alberto Santos-Dumont, Patrono de sua Aeronáutica e fonte de inspiração para que a nossa gente busque alçar vôos sempre mais altos, impulsionando-os com persistência e responsabilidade, em prol do desenvolvimento coletivo”.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL A Classe Operária
Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925



FORMAS DE PAGAMENTO

Cheque nominal

Dinheiro

Cartão de crédito C D V A

Nº.: _____

Validade: ____/____/____ (MÊS/ANO)

Vale postal nº. _____

Depósito em conta corrente
Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

C=Crédito D=Dinheiro V=Vale A=American Express

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel. res.: (____) _____

E-mail: _____

Profissão: _____

Data de nasc.: _____



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, 05411-000
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

De assinatura: _____ Ed. final nº: _____

Ed. inicial nº: _____

ELEIÇÕES 2004

Por um novo tempo em Manaus

Coligação encabeçada por Vanessa Grazziotin tem apoio do governo federal e propõe mudanças em consonância com as necessidades populares

PRISCILA LOBREGATTE

A campanha de Vanessa Grazziotin começou com toda força em Manaus, com o comício realizado em 23 de julho, com cerca de 20 mil pessoas na capital amazonense. O ato consolidou os apoios do governo federal e do vice-governador do estado, Omar Aziz (sem partido) à coligação "Manaus Melhor", formada por PCdoB, PL, PT, PCB, PRTB e PTdoB e liderada por Vanessa e seu vice, Humberto Michilis. Estiveram presentes ao evento o ministro-chefe da Casa Civil da presidência da República, José Dirceu, o ministro dos Transportes e ex-prefeito de Manaus, Alfredo Nascimento e Omar Aziz. "Precisamos trabalhar duro para vencer. Quero voltar aqui para a campanha e quero voltar também para a posse de Vanessa", ressaltou José Dirceu.

Em seu discurso, Dirceu deu fim à polémica sobre o apoio do governo federal em Manaus, aclamando definitivamente a candidata comunista. "Abrimos, inclusive, mão da vice-prefeitura para vencer. Às vezes é preciso fazer sacrifícios para ganhar", disse, referindo-se à retirada da candidatura do deputado estadual Sinésio Campos, do PT, como forma de ampliar a base de apoio da chapa. Para Alfredo Nascimento, "Manaus precisa ficar nas mãos do povo para ser feliz. E para ficar nas mãos do povo, temos de eleger Vanessa prefeita".

Já Omar Aziz, que rompeu recentemente com a candidatura a prefeito de Amazonino Mendes, do PFL, — e apoiada pelo governador do Amazonas —, ressaltou que vai visitar moradores de Manaus pedindo apoio para Vanes-



Vanessa cumprimenta eleitora em Manaus

sa e Humberto. Seu reduto é a zona leste da capital, o maior colégio eleitoral da cidade.

Campanha popular

A candidata iniciou sua campanha priorizando o contato popular, uma maneira de conhecer as demandas do povo em cada bairro e, ao mesmo tempo, conquistar os eleitores indecisos. A coligação que sustenta a candidatura de Vanessa Grazziotin e Humberto Michilis representa os novos rumos para a política local e mudanças nas principais áreas sociais como saúde, educação e geração de empregos. "Nossa coligação é a mais forte e em nosso contato com a população, percebemos um senti-

mento crescente de apoio à nossa candidatura", relata Vanessa Grazziotin.

A chapa, sob o lema "A prefeita de todos nós", tem como objetivo conquistar apoio de todos os setores da população para uma gestão ampla e democrática. A principal estratégia da campanha será colocar a Vanessa em contato com a população, o que não é novidade para ela, pois é uma candidata intimamente ligada à sociedade, com origem nos movimentos populares, o que faz dela um nome bastante forte em Manaus.

As caminhadas promovidas pela coligação têm percorrido diversos bairros da capital amazonense com cara de festa popular. Os eventos em geral são acompanhados por artistas como malabaristas, cospe-fogo e pernas de pau, além da participação ativa da militância comunista. Nesse ritmo, já foram percorridos sete bairros, como Com-

Para Antônio Levino, há "um esvaziamento da candidatura do Amazonino Mendes (PFL) e um progressivo crescimento da nossa candidatura"

pensa, São Francisco e Alvorada. No último dia 19, a candidata esteve em Manóia, com a presença de cerca de 300 pessoas. "Estamos em fase inicial de campanha, mas já pudemos constatar que há um forte desejo de renovação da população com relação à administração atual", diz Eron Bezerra deputado estadual pelo PCdoB. Sobre o apoio de Aziz, Bezerra explicou que "essa situação exemplifica a exaustão da política vigente e o crescimento da candidatura de Vanessa".

Até o final de julho, o comitê central da campanha já estará funcionando plenamente. Lá, militância e todos os partidos da coligação estarão reunidos para levar Vanessa à prefeitura. O que se espera é que a partir de agosto as caminhadas, visitas e comícios da candidata se intensifiquem até o final da campanha. De acordo com o presidente do PCdoB/AM, Antônio Levino, "temos uma base sólida de sustentação que agrega diversos partidos com o apoio do governo federal. O

que vemos é um esvaziamento da candidatura do Amazonino Mendes (PFL) e um progressivo crescimento da nossa candidatura".

Projetos presentes para o futuro

Como deputada federal Vanessa cumpre seu segundo mandato. Entre suas últimas realizações estão, por exemplo, a participação intensiva no processo que levou à prorrogação dos incentivos à Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2023. Criada em 1967, a ZFM formou na região amazônica um pólo industrial que contribui diretamente para o desenvolvimento regional e para a melhoria das condições locais de emprego e renda, além de incrementar a produção nacional.

Em 2003, durante a votação da reforma tributária, o Congresso Nacional prorrogou por mais dez anos os incentivos que acabariam em 2013. Vanessa teve participação intensa nesse processo, cujo resultado revela-se num reflorescimento da economia amazonense, criando milhares de empregos. Ela também ajuda a desenvolver um projeto alternativo que será implementado em substituição à isenção fiscal que existe hoje.

Outro projeto que teve ação direta da deputada é a construção do gasoduto Coari-Manaus. As obras devem ser iniciadas em agosto e permitirão que a região amazônica passe a ser abastecida a gás, produzido em Urucu, uma alternativa ambiental e economicamente mais viável. Além de representar economia de diesel — usado para gerar energia elétrica na região —, o uso do gás significará também o fim da cota de 6,5% paga por todos os brasileiros na fatura da conta de luz, para subsidiar o combustível usado nas termoeletricas da Amazônia. Além de baratear o custo da energia elétrica, a mudança da matriz também vai servir para atrair indústrias à região, de maneira sustentável, preservando a natureza.

Entre os projetos que Vanessa pretende implementar se eleita estão, por exemplo, a gestão participativa com democratização do orçamento municipal, maior transparência nos gastos públicos, revisão do sistema de transporte — tem um déficit em torno de 400 ônibus —, o projeto "Viva Manaus" — que vai abarcar ações sociais nas áreas de educação, saúde e geração de emprego —, a descentralização administrativa — com a implantação de seis subprefeituras —, ampliação do programa "Médico da Família" e a redução progressiva de impostos para pequenas empresas, entre outras medidas, ilustrando os projetos consistentes de Vanessa para a resolução dos grandes problemas de Manaus.

(Colaboração de César Wanderley e Iram Alfaia)

OLINDA

Luciana vai manter melhorias

Sexta-feira, dia 23, foi dia da inauguração do comitê da prefeita e candidata à reeleição em Olinda, Luciana Santos, do PCdoB. Cerca de três mil pessoas lotaram o local. A festa teve apresentações típicas da cultura popular, como Mestre Quincas e Coco de Corda. O presidente estadual do PCdoB, Alanir Cardoso, o presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Fernando Lyra, os deputados estaduais Teresa Leitão e Roberto Leandro, o deputado federal Renildo Calheiros

(PCdoB), além de vereadores e candidatos do PCdoB e representantes da coligação "Olinda Frente Popular" — formada por PCdoB, PT, PDT, PL, PCB, PTdoB, PTN e PP — estiveram presentes no evento. "É preciso que a gente reeleja a prefeita para que as melhorias iniciadas aqui não sejam interrompidas. É importante que Olinda permaneça aliada com o Governo Lula, criando parcerias para obtenção de recursos, uma das grandes dificuldades da cidade", ressaltou Renildo.

RIO DE JANEIRO

Jandira encontra cientistas

Parceria entre município e universidade e a valorização da produção científica são propostas prioritárias da candidata à prefeitura do Rio de Janeiro, Jandira Feghali, do PCdoB. Em encontro com Aloísio Teixeira, reitor da UFRJ, no dia 26, foram discutidas as formas de cooperação entre prefeitura e a universidade. "Nunca a Prefeitura do Rio se preocupou com essa cooperação. A UFRJ, por exemplo, tem centros de pesquisa, como o Coppe, com enorme experiência na área de transportes. Mesmo assim, o projeto de transportes para o Pan foi

encaminhado a técnicos paulistas pelo atual prefeito. Não por acaso, este foi o quesito em que o Rio recebeu a menor nota da comissão organizadora", explica Jandira. Na semana passada, a deputada federal debateu com estudantes, professores e funcionários da Uerj suas propostas para a gestão municipal. O destaque foi a sugestão desenvolvida por pesquisadores do grupo de ciência e tecnologia da Fiocruz, de criar uma fundação municipal de amparo à pesquisa científica.

Colaborou Gustavo Souza

FORTALEZA

Inácio na liderança

Inácio Arruda continua na frente, em Fortaleza, com 28% das intenções de voto. O dado é de levantamento do Datafolha, em parceria com o jornal O Povo, divulgado dia 25. Nesta semana, a campanha de Inácio ganhou novo fôlego com a inauguração do seu comitê. Durante a festa, estiveram presentes, entre outros nomes, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, o deputado federal Almeida de Jesus (PL), o prefeito de Sobral, Cid Gomes (PPS), além de candidatos a vereador, lideranças comunitárias, militantes e simpatizantes. Ciro Gomes afirmou estar a cada dia mais tranquilo e seguro com a opção que fez sobre quem apoiar na sucessão municipal de Fortaleza.

IJUÍ (RS)

Piaia pela Frente Popular

Mais de mil pessoas prestigiaram o lançamento oficial, no dia 20, da campanha de Junior Piaia e José Luis Bressan para prefeito e vice pela "Frente Popular", formada por PCdoB, PT e PL, em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Piaia ressaltou os três pontos que considera fundamentais para uma administração municipal democrática e popular: participação social nas decisões, melhoria do serviço público e a ação da prefeitura para impulsionar o desenvolvimento econômico. "Todos nós que moramos em Ijuí queremos uma cidade melhor, queremos uma nova forma de governar, que gere mais renda, emprego e qualidade de vida para a população", disse Piaia.

ELEIÇÕES 2004

Pesquisa aponta para crescimento do PCdoB

O PCdoB é bem reconhecido através de sua sigla e de lideranças nacionais

WALTER SORRENTINO* E PEDRO DE OLIVEIRA**

O PCdoB se prepara para um novo ciclo de acumulação de forças. A 9ª Conferência (junho de 2003) e o 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido (março de 2004) desenharam os rumos e perspectivas para isso. As eleições de outubro já encontram o PCdoB no limiar de se dirigir a um público substancialmente maior, como alternativa política de fato para prefeituras de importantes capitais e multiplicar seu esquadro de vereadores. Sua estrutura organizativa estende-se a 1.700 municípios, principalmente entre os maiores do país, e sua militância cresceu 72% no último período.

São passos no sentido de um Partido médio, de expressão nacional. Tal situação foi comprovada pela pesquisa realizada na segunda quinzena de maio, para avaliar a imagem do PCdoB junto ao eleitorado brasileiro, que ao mesmo tempo quantifica percepções acumuladas em nossa experiência e orienta os passos para essa travessia em sua escala de influência.

Pela primeira vez, em seus 82 anos, o Partido Comunista do Brasil realiza uma pesquisa de abrangência nacional. O estudo teve o objetivo de aferir a imagem do Partido junto ao eleitorado; identificar como o eleitor posiciona o PCdoB em comparação aos demais partidos, particularmente os da esquerda; mensurar o grau de conhecimento de lideranças comunistas junto ao eleitorado e traçar indicativos sobre sua força eleitoral. Isso foi feito com pesquisa quantitativa com aplicação pessoal de 25 questões. A pesquisa ocorreu em 18 capitais, com cotas estratificadas por renda, sexo e escolaridade. A amostra teve 1.176 questionários aplicados em eleitores de 16 a 65 anos, na 2ª quinzena de maio. Investigou-se a posição dos brasileiros diante do movimento social e a política, seu grau de esclarecimento político e preferências eleitorais, cotejadas com a imagem do governo Lula e o peso de sua influência no processo eleitoral.

Alguns resultados preliminares dão valiosas indicações. Os dados confirmam que o eleitor brasileiro tem desinteresse pela política

e participa pouco dos movimentos sociais. Apenas 29,2% se consideram com algum grau de esclarecimento político (outros 50,73% se consideram pouco esclarecidos e 20,07% não se interessam). Política partidária não faz parte dos interesses cotidianos do eleitorado. De modo geral, os eleitores desconfiam dos partidos políticos e não os consideram como bons interlocutores para a resolução de seus problemas. Ao mesmo tempo, a população em sua maioria não percebe a sociedade civil organizada como canal de resolução de seus problemas. A religião ganha força na sua vivência social.

As opiniões sobre os partidos e seus posicionamentos sofrem, como não poderia deixar de ser, grande influência do desinteresse político. Este fato favorece os partidos mais conhecidos. Mas, diferentemente do que prega o senso comum, a maioria dos eleitores não acredita que os partidos sejam todos iguais.

Não obstante, confirma-se pesquisa anterior do IBOPE, pois a maioria declara preferir o socialismo ao capitalismo (54% contra 33%). Não existe diferença no perfil de opinião, esclarecimento político ou escolaridade entre estes dois segmentos. Isso precisa levar em conta que "Socialista" e "Comunista" não são categorias de domínio corriqueiro da maioria da população. Por isso, não há relação direta entre a identificação com o socialismo e o posicionamento eleitoral. Mas é um dado relevante, que afeta positivamente a imagem do PCdoB e assegura-lhe as melhores marcas de reconhecimento na comparação com os demais partidos, mesmo da esquerda. 72,28% dos entrevistados afirmaram que votariam ou poderiam votar em candidatos socialistas.

O governo Lula tem o apoio direto de 59% da população; 71% dão-lhe notas acima de 5, numa escala entre 0 e 10; 65% votariam ou poderiam votar em candidatos por ele apoiados.

O PCdoB situa-se num campo bem assentado. Depois do PT e PMDB, é reconhecido como principal aliado do governo Lula. Não é visto como um pequeno partido; seus

índices são equivalentes ao de partidos como PFL, por exemplo, e maiores que os do PSB em praticamente todos os quesitos. Sua imagem está muito ligada à luta dos trabalhadores e, em particular, aos negros, jovens e mulheres. É reconhecido como lutador. Não obstante, está relativamente afastado das referências das lutas sociais concretas como emprego, habitação, saúde na percepção do conjunto dos eleitores, dada sua escassa inserção ainda no universo dos pesquisados.

O PCdoB é bem reconhecido através de sua sigla e de lideranças nacionais; seu número eleitoral [65], entretanto é reconhecido por apenas 3% dos eleitores. Seu último programa de TV foi bem avaliado pelo que o viram (46%). Sua nota geral é positiva: em 6 atributos, numa escala de 1 a 5, obteve média 3; sua imagem aparece ligada ao socialismo e idealismo, itens onde mais se destaca sua imagem. Tem ainda a imagem de Partido radical e que defende o Brasil, itens onde acumulou 20% de notas 5, numa escala de 1 a 5.

Há uma baixa rejeição ao PCdoB em geral, não obstante a rejeição ao "comunismo", após décadas de campanha feroz. 51% votariam num candidato do PCdoB para vereador. A margem é declinante entre vereadores e senador (51 e 44% respectivamente) e, prefeito, governadores, presidente (40%, 37% e 33% respectivamente). O eleitorado confia mais no PCdoB para cargos no poder

legislativo e na esfera municipal; a falta de uma tradição do Partido em eleições majoritárias interfere nessa perspectiva e no conhecimento do eleitorado quanto ao Partido.

Hoje, o PT e o PCdoB disputam o mesmo eleitor que se declara "esclarecido", é mais jovem e tem uma renda um pouco mais elevada. A Região Norte é a mais "simpática" ao PCdoB.

Esses são alguns elementos que mostram o passo que está dando o PCdoB na atualidade. O fato de concorrer a prefeito e vice-prefeito em importantes capitais e municípios grandes e médios significará alargar o âmbito de abrangência de sua mensagem e deverá repercutir em sua imagem. Possivelmente o PCdoB seja o Partido que mais incrementa, relativamente, sua força eleitoral em outubro. Novas pesquisas poderão confirmar que se trata de um novo ciclo político, a ser intensivamente aproveitado. Além da esfera eleitoral, o PCdoB por sua orientação nacional busca se fortalecer nos movimentos sociais e, particularmente, junto aos trabalhadores. Nova pesquisa está sendo tentada junto ao proletariado, como parte da preparação do 2º Encontro Nacional, que se debruçará sobre o trabalho partidário junto ao proletariado.

*secretário de Organização do PCdoB

**secretário de Comunicação do PCdoB



"Onde tem comunista, tem luta por um passo adiante", afirmou Renato Rabelo no Encontro

O desafio das finanças

VITAL NOLASCO*

O fato de existir 4.997 candidatas concorrendo pelo PCdoB é muito significativo. Isso nos dá entusiasmo e alegria, que serão ainda maiores com a eleição de um grande número deles para prefeito, vice-prefeito e vereador, aumentando nossa força e nossa influência política para atuar nos rumos das mudanças tão reclamadas por nosso povo.

Justamente neste momento de avanço partidário é que se faz necessário chamar a atenção para a contribuição financeira ao Partido, principalmente dos candidatos, através do Sistema Nacional de Contribuição Militante (Sincom).

Neste particular, a situação não é nada animadora. O Sincom conta hoje com 2.307 contribuintes. Se levarmos em conta o número de candidatas (4.997), podemos afirmar que a grande maioria deles não contribui com o Partido.

É necessário que as direções exerçam um maior controle sobre a contribuição

militante. Estaremos em breve fazendo o cruzamento de dados dos candidatos com relação à contribuição ao Sincom. Remeteremos os dados a todos os comitês estaduais para que procurem cada candidato e regularizem sua situação.

No final do mês de setembro publicaremos a relação dos que estiverem em dia, para que o coletivo partidário exerça a vigilância, pois a rigor quem não cumpre o estatuto partidário não reúne condições de obter legenda. Nosso esforço vai no sentido educativo e objetiva ganhar a militância para a importância da contribuição individual.

Contribuir financeiramente com o Partido é fortalecer a luta para levar a parcelas cada vez maiores dos trabalhadores e do povo nossas idéias e ganhá-las para propostas avançadas. Para isso precisamos de instrumentos, que estão cada vez mais caros.

*secretário de Finanças do PCdoB

Encontro de candidatos baianos

FERNANDO UDO, DE SALVADOR

Durante o Encontro Estadual de Candidatos, realizado dia 17 em Salvador, na Bahia, o presidente do PCdoB, Renato Rabelo afirmou que "Onde tem comunista, tem luta por um passo adiante". Para ele, na campanha eleitoral, os comunistas devem defender o crescimento do Brasil com geração de emprego e renda e alternativas locais de desenvolvimento do município, tendo em vista itens como modernidade, qualidade de vida, universalização da saúde em âmbito municipal, educação e saneamento.

Sobre a administração federal, Renato ressaltou que o comunista está ao lado do governo Lula, que representa um novo ciclo em nosso país e é a expressão das forças políticas que historicamente lutam em defesa do Brasil.

O ministro Aldo Rebelo, da Coordenação Política, relembrou as lutas históricas na Bahia, entre elas a Revolta dos Alfaiates. Aldo disse que já vivemos situações de luta árdua no Brasil, citando os embates pela Independência e pela República, e que não pode haver pessimismo. Ele falou que a luta de

hoje tem atrás de si outras batalhas, historicamente já travadas por muitos brasileiros.

Participaram do encontro cerca de 300 candidatos pela legenda do PCdoB da Bahia; o vice-presidente nacional do PCdoB e diretor da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima; os deputados federais do PCdoB, Alice Portugal e Daniel Almeida, candidato a prefeito de Simões Filho; os deputados estaduais comunistas Álvaro Gomes, Edson Pimenta e Javier Alfaya, candidato a vice-prefeito na capital baiana, entre outros. Para o presidente estadual do PCdoB, Péricles de Souza, que dirigiu o evento, o Partido aumentou substancialmente o número de candidatas às chapas majoritárias e de candidatas a vereador, comparativamente com as eleições anteriores e tem condições de cumprir as metas eleitorais relacionadas à ampliação da presença da legenda no Executivo e Legislativo municipais. O PCdoB da Bahia disputa as próximas eleições com 12 candidatas a prefeito, 31 a vice-prefeito e 528 a vereador, envolvendo 188 municípios baianos.

SEMINÁRIO DO CEMJ

Juventude, cultura e políticas públicas

Entidade pretende promover resgate das lutas juvenis, enfatizando a participação dos jovens no desenvolvimento nacional

FÁBIO PALÁCIO*

Entre 15 e 18 de julho, o auditório do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo abrigou o seminário Juventude, Cultura e Políticas Públicas, promovido pelo Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), realizado em convênio com o Ministério da Cultura (MinC) e com apoio da Fundação Bienal de São Paulo. Marcaram presença cerca de 130 pessoas de vários estados — dentre elas pesquisadores, representantes de centros de estudos, gestores públicos da área de juventude, membros de organizações não-governamentais e representantes de movimentos juvenis.

O seminário apresentou formulações inéditas de estudiosos da temática da juventude, de dentro e de fora de nosso país, assim como de representantes do terceiro setor, dos movimentos juvenis, de partidos políticos e do governo. As sete mesas foram registradas em áudio e vídeo e serão lançadas em livro.

O evento representou um ato de relançamento do CEMJ — que completou 20 anos em 2004, tendo passado por um período de inatividade entre os anos de 1996 e 2002. O Centro pretende aglutinar quadros para a formação de uma equipe multidisciplinar de pesquisadores na área de Juventude. Outra finalidade do CEMJ é promover o resgate das lutas juvenis, enfatizando a importância da participação social e política da juventude para o desenvolvimento nacional.

O seminário, além de abordar a juventude sob uma perspectiva sociológica, contribuiu para o debate sobre a participação juvenil e as políticas públicas. Foi uma das formas encontradas pelo CEMJ para influenciar a discussão sobre o tema no governo Lula.

A primeira mesa do seminário abordou o tema Juventude: conceituação e realidade atual. Nela, Fabiano de Souza Lima — mestre em Ciência Política (UnB) e pesquisador da Unesco — apresentou os resultados de pesquisas daquela agência que revelam a difícil rea-

lidade e as principais vulnerabilidades da juventude brasileira. José Carlos Ruy — editor da revista *Princípios* e do jornal *A Classe Operária* — discorreu sobre a relação entre classes sociais e as lutas de gênero, pela igualdade racial, e da juventude, típicas da sociedade contemporânea chamando atenção para a necessidade da ligação entre a luta social e o movimento democrático comum. O sociólogo Lejeune Mato Grosso de Carvalho expôs análise — a ser publicada nas próximas semanas em volume do Projeto Juventude — sobre a pesquisa quantitativa acerca do perfil da juventude brasileira. Por fim, Natividade Guerrero — doutora em Psicologia, professora da Universidade de Havana e diretora do Centro de Estudos sobre a Juventude de Cuba — apresentou síntese das pesquisas sobre juventude desenvolvidas na nação socialista caribenha.

A segunda mesa abordou o tema Juventude e cultura brasileira. Alfons Hug — lingüista e curador geral da 26ª Bienal de São Paulo — apresentou um panorama mundial situando o Brasil no mundo das artes. Expôs as diretrizes que vêm sendo seguidas pela Bienal de São Paulo, dentre elas a de reforçar a cooperação entre países do hemisfério sul — tendência “plenamente afinada com a política externa do governo Lula”. O historiador Augusto Buonicore fez um resgate histórico da experiência dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE, buscando extrair dela lições gerais para os movimentos culturais hoje protagonizados pela juventude. Fábio Palácio — mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e presidente do CEMJ — apresentou o artigo “Juventude e Cultura Popular”, baseado em idéias do semiologista russo Mikhail Bakhtin. Manoel Rangel, do Ministério da Cultura, expôs o pensamento que vem norteando a ação do atual governo no terreno da cultura.

A mesa sobre Juventude e participação reuniu intelectuais e protagonistas de impor-

tantos movimentos da juventude brasileira. Madalena Guasco — doutora em Filosofia e História da Educação (PUC-SP) —, Paulo Vanuchi — coordenador-executivo do Instituto Cidadania e do Projeto Juventude —, Ana Maria Prestes Rabelo — cientista política e membro do Comitê Organizador Brasileiro do V Fórum Social Mundial —, Marcelo Buraco — do movimento Nação Hip-Hop Brasil — e Wadson Ribeiro — presidente da União da Juventude Socialista (UJS) — debateram o protagonismo e o caráter rebelde da juventude; a participação juvenil nas mudanças políticas, culturais e sociais; a relação entre movimentos juvenis, Estado e ONGs e a falsa dicotomia entre militância social e militância política.

Na mesa sobre Conceito de políticas públicas de juventude o secretário de Políticas Públicas do PCdoB, Ronald Freitas, abordou a noção de Estado e conceituou o termo “política pública”. Ricardo Abreu, secretário de Juventude do PCdoB, afirmou ser necessário estabelecer uma diferenciação entre política pública de Estado com participação da sociedade civil e terceirização do Estado para ONGs. Mary Castro, pesquisadora da Unesco, discorreu sobre os fundamentos de uma política pública que seja, ao mesmo tempo, de, para e com a juventude. Para ela, “as propostas de políticas públicas de juventude devem ultrapassar enfoques setoriais, pontuais, fragmentados”.

Na mesa sobre Experiências internacionais em políticas públicas de juventude, Rafael Enrique Ramos Olivares — presidente do Instituto Nacional de Juventude da Venezuela —, Vasco Cardoso — representante dos

estudantes no Conselho Nacional de Educação de Portugal e membro da Direção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa — e Natividade Guerrero Borrego — do Centro de Estudos sobre a Juventude de Cuba — analisaram as políticas públicas de juventude implementadas em seus respectivos países.

Experiências brasileiras em políticas públicas de juventude apresentou um histórico das experiências brasileiras. Participaram da mesa Alessandro Ponce de Leon — consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) —, Danilo Moreira — diretor de políticas públicas do CEMJ —, Rodrigo Abel — assessor de juventude da Secretaria Geral da Presidência da República — e Alexandre Youssef — coordenador de juventude da Prefeitura de São Paulo. Fechando o seminário, a mesa sobre As políticas públicas de juventude no governo Lula fez um balanço

das propostas e dos principais programas hoje existentes. Compuseram a mesa Orlando Silva Jr. — secretário executivo do Ministério do Esporte —, Célio Turino — secretário de programas e projetos do Ministério da Cultura — e Humberto de Jesus — secretário de Juventude do PT.

Reunidos em Assembléia Geral Ordinária, os sócios do CEMJ fizeram um balanço positivo do evento e discutiram novas idéias para projetos. A Assembléia deflagrou o processo de renovação da diretoria do Centro, que será concluído até o final do mês de agosto.

*presidente do CEMJ



CONFERÊNCIA DE MULHERES

Para alcançar a igualdade

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres será divulgado em novembro

Pela primeira vez o governo brasileiro promoveu ampla e democrática consulta para identificar questões que mobilizam as mulheres, independentemente de sua condição econômica, social, étnica, racial, religiosa ou de orientação sexual. Desde 19 de dezembro de 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto convocando a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, teve início um processo de mobilização, que envolveu 120 mil mulheres em mais de 2 mil municípios dos 26 estados e no Distrito Federal. Elas elaboraram cerca de 3.800 propostas, nas conferências estaduais, para um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Os resultados das conferências estaduais foram debatidos entre os dias 15 e 17 de julho, em Brasília, durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Em função da amplitude e importância do

tema — Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero —, o evento atraiu a atenção de governos, parlamentares e movimentos sociais de diversas partes do mundo. Além da delegação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), estiveram presentes comitivas de países como Portugal, México, Chile, Angola, Cuba e Equador.

Na abertura, Lula anunciou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no prazo de 60 dias. A versão definitiva do Plano será divulgada em novembro, marcando o encerramento das comemorações do Ano da Mulher no Brasil.

Entre as deliberações constam temas nas áreas de saúde, infra-estrutura e mora-

dia, segurança, efetivação dos direitos humanos, civis, políticos, sexuais e reprodutivos e o desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade.

Para o enfrentamento da pobreza, as propostas apontam para a capacitação profissional das mulheres e a criação de oportunidades de trabalho, estímulo à formação de associações e cooperativas, incentivo à agroindústria, à pesca, ao ecoturismo e ao artesanato e a ampliação ao crédito rural, com a titularidade da terra para a mulher.

Sobre a violência doméstica, que atinge 6,8 milhões de brasileiras maiores de 15 anos, foi reafirmada a necessidade de ampliação e criação de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, como Centros de Referência, Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas. Foi enfatizada a importância da criação de Núcleos de Mulheres nas Defensorias Públicas e da capacitação de profissionais que atuam nos diferentes serviços disponíveis, bem como a necessidade da revisão da legislação que trata da violência doméstica contra a mulher.

As delegadas deram um enfoque especial à saúde, demandando a revisão das campanhas, dos tratamentos e dos exames labo-

ratoriais para a mulher com câncer do colo do útero e de mama. Elas reivindicam mais acesso a informações sobre parto, aleitamento e doenças que atingem, principalmente, a população negra. A humanização no atendimento às mulheres nos hospitais públicos, especialmente nos casos de complicações pós-aborto e na ampliação do atendimento ao serviço de aborto previsto em lei, foram pontos recorrentes nas pautas de reivindicações coincidindo com o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.

Os direitos civis, políticos, sexuais e reprodutivos das mulheres também foram pontos importantes das deliberações. Foi solicitada a ampliação do número de instâncias de executivos estaduais e municipais que tratam de políticas para as mulheres e dos mecanismos de controle social, assim como a realização de campanhas para a promoção dos direitos de idosas, negras, índias, quilombolas, pessoas com deficiência e de diferentes orientações sexuais. A Conferência deliberou, ainda, pela necessidade de políticas na área de educação que promovam uma construção do sexismo não discriminatória de crianças e jovens.

Fonte: Boletim Em questão

Controle do serviço público

Em breve, servidores públicos federais terão seus dados bancários e fiscais controlados pela Receita Federal, Polícia Federal, Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), Advocacia Geral da União (AGU), Tribunal de Contas da União (TCU) entre outros organismos governamentais. O objetivo da medida é fiscalizar a aplicação de recursos públicos e federais e coibir a corrupção entre gestores da administração pública. O anúncio foi feito na última semana de julho pelo ministro do Controle e Transparência, Waldir Pires. "É uma parceira de todos porque no fundo é um grande combate que nós estamos desenvolvendo contra a lavagem do dinheiro", afirmou o ministro, referindo-se ao acordo de cooperação assinado entre os organismos envolvidos e que permitirá à Controladoria Geral da União e à Polícia Federal atuarem juntas no controle. Para implantar a medida, a CGU finaliza nos próximos dias o texto de decreto presidencial e de uma instrução normativa para o Tribunal de Contas da União. O controle das contas dos servidores está previsto na Estratégia Nacional de Controle à Lavagem de Dinheiro (Encla). Além da fiscalização, também será criado um canal para recebimento de denúncias.

Chapa dos metroviários cutistas

Acontece desde o dia 21 a convenção para escolha dos integrantes da chapa da CUT que vão concorrer nas eleições do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. O pleito será realizado nos dias 13 e 17 de setembro. Durante a convenção, os metroviários votam na chapa completa. A quantidade de votos obtida por chapa determinará, proporcionalmente, o número de diretores que serão indicados para a composição da chapa da CUT.

A chapa "Unidade e Luta", composta majoritariamente por membros da CSC (Corrente Sindical Classista), está disputando a convenção com outras duas: uma composta por membros da "Articulação Sindical" e PSB, e outra por militantes do PSOL e PSTU. De acordo com o presidente do sindicato, Flávio Godoi, "a participação de todas as correntes políticas que atuam no movimento sindical cutista nesse processo de convenção demonstra o grau de maturidade da categoria metroviária e o caráter democrático que a CSC implantou no sindicato".

A Corrente Sindical Classista é maioria na direção do sindicato desde 1989 (cinco gestões consecutivas); o precursor foi o atual vice-presidente da CUT, Wagner Gomes, que cumpriu dois mandatos como presidente do sindicato. Agora, Flávio Godoi concorre para a reeleição. As eleições da convenção da CUT terminam no dia 27 de julho. A apuração ocorrerá no dia 28, e a chapa que obtiver o maior número de votos vai indicar o candidato a presidente do Sindicato.

49 escravizadores, 2.300 vítimas

Ministério do Trabalho e Emprego divulga sua segunda lista de fazendeiros e empresas que exploram esse estatuto iníquo

O governo divulgou, no dia 26, a segunda lista de fazendeiros e empresas que empregam mão-de-obra escrava no Brasil. A lista traz os nomes de pessoas físicas e jurídicas, com CPF ou CNPJ, culpadas pela escravização de um total de 2.300 brasileiros. São 49 nomes (41 fazendeiros e oito empresas), todos autuados e condenados em processos contra os quais não cabe mais qualquer tipo de recurso administrativo. Dos 49 casos registrados, 17 foram flagrados no Pará, 16 no Mato Grosso, dez no Maranhão, três em Rondônia, dois em Tocantins e um em Minas Gerais; entre eles, desta-

ca-se a família Mutran, uma das mais ricas do Pará, citada três vezes nas duas listas.

Desde 1995 são realizadas inspeções nessas fazendas e empresas, a partir de denúncias de trabalhadores que conseguem fugir do trabalho escravo. O grupo de trabalho que investigou os casos e elaborou a lista constatou que os trabalhadores viviam em precárias condições de higiene, não recebiam alimentação, tinham seus salários e carteira de trabalho retidos, eram vigiados e proibidos de deixar as propriedades. A primeira lista foi divulgada pelo Ministério em 2003, com 52 nomes e 5.100 trabalhadores escravizados.

Os infratores não mais terão acesso a recursos de instituições financeiras estatais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste. Serão cortados também do usufruto de benefícios fiscais e outros subsídios estatais. Mas como estas são penalidades consideradas leves, em vista do crime cometido, a PEC do Trabalho Escravo prevê a desapropriação para fins de reforma agrária das propriedades onde foi constatada a exploração de trabalho escravo. As listas podem ser consultadas no Portal Vermelho (www.vermelho.org.br), edição de 27 de julho de 2004.

Balanço do Dia Nacional de Mobilização

Debates ratificam a luta da CUT por mudanças na economia

No dia 16, a CUT realizou, em conjunto com as entidades da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), o Dia Nacional de Mobilizações. Um balanço divulgado pela entidade sindical mostra as principais resoluções dos encontros, que aconteceram em todos os estados brasileiros.

As atividades reafirmaram a luta da

Central Única dos Trabalhadores por mudanças na economia que "possibilitem a retomada do crescimento econômico, com distribuição de renda, geração de empregos e melhores salários; manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas; redução das taxas de juros; redução da jornada de trabalho sem redução de salários, além de serviços públicos de qualidade, reforma agrária, e

uma política de enfrentamento à Alca e contra a renovação dos acordos com o FMI". No mesmo dia, foi feito o lançamento da Campanha Salarial Unificada do 2º Semestre. Nos dias 18 e 19 de agosto, a direção nacional promoverá uma reunião na qual serão debatidas as mudanças e políticas necessárias para o crescimento com distribuição de renda e inclusão social.

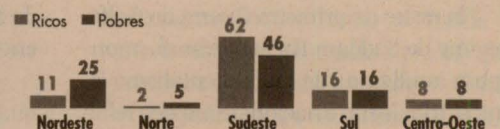
Assalariado não fica rico, diz IPEA

Não bastam investimentos e incentivos massivos em educação, erradicação total da discriminação, nem a supressão das desigualdades regionais — incluindo neste aspecto a criação de empregos e a melhoria da renda — para diminuir a imobilidade social no Brasil. A conclusão é do estudo *As oportunidades de ser rico por meio do trabalho estão abertas a todos?*, feito pelo pesquisador Marcelo Medeiros, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), divulgado em junho. O estudo baseou-se em dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, dos anos de 1997 e 1999. O levantamento mostra que não basta trabalhar, ou estudar, para ascender socialmente. Ao contrário, fatores não produtivos, como a rede de relacionamentos pessoais e o capital cultural, são determinantes. Segundo o estudo, "a influência sobre a remuneração do trabalho exercida por atributos que não puderam ser observados na pesquisa é muito maior que a influência das características observadas". A conclusão final sugere que os ricos se manteriam como elite ainda que fossem trabalhadas questões como educação e extinção da discriminação.

MAIS TRABALHO, MENOR SALÁRIO

Características dos rendimentos dos trabalhadores no Brasil (média no período 1997-1999)

	Ricos	Pobres
Rendimento mensal médio do trabalho principal (R\$*)	4.115,57	508,95
Idade média	42	38
Média de horas trabalhadas por semana	41	43
Escolaridade média (anos de estudo)	13,5	6,5
Sexo masculino (em %)	60	64
Cor branca (em %)	91	57



*Valores em setembro de 1999

Fonte: Pesquisa "As oportunidades de ser rico por meio do trabalho estão abertas a todos?" Com base em dados do IBGE - Pnads

IPEA mostra que homem, branco, com nível superior completo, residente no Sudeste e com idade média de 53 anos, tem renda mais alta

Mobilização contra planos de saúde

Jamil: movimento é novidade e nunca houve tamanha união da classe

Em busca de melhores condições de trabalho, remuneração, atendimento e atualização das condutas vigentes, médicos de todo Brasil vêm intensificando, nos últimos meses, a luta pela adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, tabela de referência de condutas, métodos e valores criada pela união de diversas entidades médicas. "Os planos de saúde e seguradoras são ligados ao capital financeiro e estão acostumados a ver os cidadãos como instrumento para arrancar lucros ao máximo. A única forma de defesa que os médicos têm é esse movimento, que resulta em desdobramentos positivos também para os usuários", explica o deputado federal Jamil Murad, do PCdoB, que vem lutando ao lado da classe médica.

Na cidade de São Paulo, após negociações frustradas, uma assembléia realizada no dia 20 decidiu suspender as consultas via plano de saúde a partir do dia 30 de julho. O atendimento aos usuários estará garantido por meio do sistema de reembolso. Será cobrado o valor estipulado pela CBHPM, de 42 reais por consulta, e fornecido ao paciente um recibo para ressarcimento posterior. Uma nova assembléia será realizada no dia 17 de agosto para avaliar os resultados.

A mobilização acontece diferentemente em cada estado, de acordo com os planos e condições locais. Segundo o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, os estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mi-

nas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo (ABC, Baixada Santista) e Sergipe estão em processo de suspensão de serviços aos planos de saúde. De acordo com Jamil Murad, "esse movimento médico é uma novidade. Nunca houve tamanha união da classe em prol de uma causa. É uma ação democrática que contrapõe a razão à perversidade dos planos. A vitória será uma conquista de toda sociedade". De acordo com o movimento médico, há cerca de uma década os profissionais não recebem reajustes dos planos. Enquanto isso, as empresas que pagam os usuários não de aumentam nos últimos sete anos, sem contar o aumento de 11,75% recentemente autorizado pela ANS (PL).

MERCOSUL

Crise ou relançamento?

O Brasil quer apenas alternativas de comércio e de coesão política

RONALDO CARMONA (*)

A recente decisão argentina de impor barreiras unilaterais a produtos eletrônicos provenientes do Brasil fez sair da toca uma turma que andava na defensiva desde o início do governo Lula. Trata-se de setores da mídia e das elites, inconformados com a política externa brasileira de privilegiar a integração da América do Sul e estimular a relação com os países em desenvolvimento, como forma de ampliar horizontes e fluxos de comércio e alianças políticas multilaterais.

O Mercosul, criado em 1991, ao longo destes treze anos passou por apuros maiores que os da “guerra da geladeira”, como a imprensa passou a chamar a recente contenda. A principal, no período em que estavam à frente dos governos de Brasília e de Buenos Aires, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem, respectivamente. O primeiro, mantendo a desastrosa política de câmbio fixo, da primeira parte do Plano Real (1994-1998). O segundo, com a mirabolante política de convertibilidade, na qual um peso e um dólar “valiam” o mesmo.

Sob os governos Lula e Kirchner o Mercosul foi efetivamente relançado e dá importantes passos — como os que vimos na reunião de Puerto Iguazu, a poucos dias. Lá se referendou a adoção do “Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006”, adotado em dezembro por proposição brasileira, na última cúpula em Montevideu. Decidiu criar um “Tribunal Permanente de Revisão”, em Assunción, e que se pode tornar um importante instrumento para solucionar controvérsias, como a atual “guerra da geladeira”, evitando saídas extrabloco, como a de recorrer à OMC. A reunião também deu passos no projeto de constituição do Parlamento do Mercosul — um importante instrumento para que a integração transcenda relações estritamente comerciais. Por fim, aprovou o ingresso da Venezuela e do México como membros associados — em dezembro já havia concedido esse status ao Peru.

Apesar disso, setores da mídia e das classes dominantes, motivados pela repercussão da “guerra da geladeira”, tentaram

transformar o fato numa espécie de final da Copa América Brasil x Argentina. Teses estapafúrdias como “o Brasil é muito grande para o Mercosul”, levantado pelo economista Eduardo Giannetti da Fonseca ou que “o Mercosul está se tornando um fardo pesado para o Brasil” foram prontamente encampadas por estes setores, que “recomendaram” então que o Brasil deveria se voltar para os Estados Unidos, sendo mais “realista” (ou entreguista?) na Alca e no acordo União Européia-Mercosul — ambos aliás, atualmente na UTI, muito pela postura brasileira de não ceder em temas estratégicos para o desenvolvimento nacional. Apesar dos esforços para demonstrar “originalidade”, essas teses dominaram a política externa brasileira por

longos períodos de nossa história, mais recentemente na era FHC.

Hoje, entretanto, o Brasil busca criar alternativas não apenas de comércio, mas de coesão política com países que têm interesses semelhantes aos nossos. E nisto, o governo Lula tem sido extremamente vitorioso, como comprova o não só o próprio relançamento, em bases novas, do Mercosul, mas também a criação do G-20 na OMC (onde Brasil e Argentina trabalham coordenadamente, com grande unidade política), nas iniciativas com a China, a Índia e a África do Sul, na realização da Unctad em junho etc.

O Mercosul é uma aposta estratégica dos latino-americanos para a integração social e desenvolvimento econômico dos países da região. Não é uma crise setorial demasiadamente amplificada pelos prepostos tupiniquins do imperialismo norte-americano, que militam pela Alca, que fará o Brasil e os sul-americanos desistirem da marcha pela unidade econômica, política e social do continente. A próxima reunião do bloco, em dezembro na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, poderá avançar ainda mais neste projeto estratégico, consolidando o relançamento do Mercosul.

* da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB

IRAQUE

Soberania e resistência

SCOTT RITTER*

A luta pelo futuro soberano do Iraque é uma batalha pelos corações e mentes do povo iraquiano. Na situação atual, parece que a vitória ficará com o lado mais sintonizado com a realidade da sociedade iraquiana de hoje: os líderes da resistência anti-EUA. O governo de Iyad Allawi foi instalado pela Autoridade Provisória da Coalizão (APC), liderada pelos EUA, para opor-se a um nacionalismo baathista que deixou de existir há quase uma década.

No rastro da primeira Guerra do Golfo, o regime de Saddam Hussein transformou-se num amálgama de fundamentalismo islâmico, tribalismo e nacionalismo que refletia com mais precisão a realidade política do Iraque. Graças ao planejamento meticuloso e às precauções de Saddam, seus homens agora lideram a resistência iraquiana, incluindo os grupos islâmicos.

Os EUA não só deixaram de instalar um governo viável na “transferência da soberania”, como continuam a identificar equivocadamente a verdadeira natureza da insurgência. Como consequência, a resistência continuará a prosperar e crescer até que nenhuma força — iraquiana ou americana — possa derrotá-la.

Em agosto de 1995, Hussein Kamal, genro de Saddam, desertou para a Jordânia, dizendo que Saddam ordenara que todos os altos funcionários do Partido Baath fizessem estudos corânicos. Um baathista ferrenho como Kamal, educado pela doutrina do nacionalismo árabe secular, considerou tal ordem praticamente uma heresia. Mas, para Saddam, essa mudança de estratégia era necessária para sua sobrevivência frente às novas realidades do Iraque pós-Guerra do Golfo.

Diante do tumulto pós-guerra criado pela derrota militar e pela devastação econômica, Saddam teve de remanejar o público doméstico para manter o poder. A ideologia baathista, baseada no nacionalismo árabe

centralizado no Iraque, deixara de ser a força motriz que era uma década antes. A criação de uma nova base de poder exigia a inclusão, não só da maioria xiita (que se levantara contra ele em 1991), mas também a acomodação do crescente fundamentalismo religioso de aliados tradicionais, como as tribos sunitas do oeste do Iraque. Saddam acrescentou a frase “Deus é grande” à bandeira iraquiana e abraçou a cultura tribal tradicional do país, reduzindo a importância do Baath em 1996 ao observar que o partido era apenas “uma das tribos do Iraque”.

Essa nova dinâmica política passou quase despercebida no Ocidente. Para muitos no governo Bush, o maior e mais claro sucesso da invasão do Iraque foi livrar o mundo de uma ideologia perigosa, o baathismo. Uma das primeiras ordens de Paul Bremer, então chefe da APC, foi a de “desbaathização”, banindo todos os ex-membros do partido de qualquer envolvimento significativo nos assuntos cotidianos do Iraque. Altos funcionários do governo Bush reconheceram seu erro — mas tarde demais.

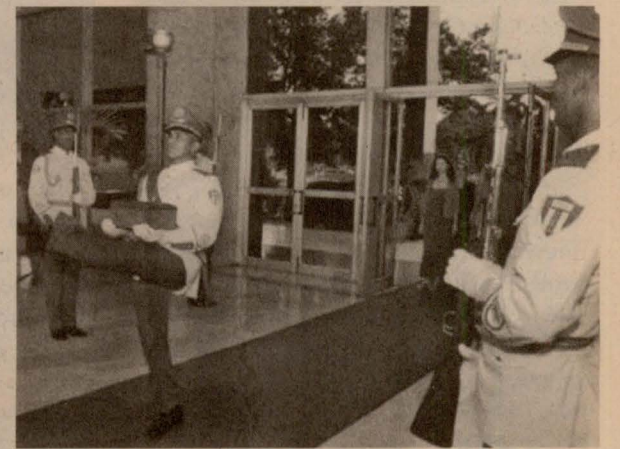
Em abril, Bremer revogou a ordem de desbaathização. Hoje, o Pentágono fala de um “casamento de conveniência” entre fundamentalistas islâmicos e ex-membros do regime baathista, chegando a especular que os fundamentalistas estão assumindo o controle de células baathistas enfraquecidas pelas ações dos EUA.

Mais uma vez, o Pentágono entendeu errado. A resistência não é um “casamento de conveniência” emergente, e sim um produto de anos de planejamento. Em vez de ser absorvidos por um movimento islâmico maior, os antigos homens de Saddam estão dando as cartas no Iraque, tendo cooptado os fundamentalistas há anos, com ou sem seu conhecimento.

* Scott Ritter foi inspetor de armas da ONU no Iraque de 1991 a 1998



Antonio Gades (1936-2004) homenageado em Cuba



MEMÓRIA

O último desejo de Antonio Gades

Em carta endereçada ao governo cubano, o bailarino e coreógrafo Antônio Gades fez, seis dias antes de sua morte, seu último pedido: que suas cinzas fossem levadas a Cuba, para ter o destino que seu compadre Raúl Castro Ruz determinasse. E, no dia 22, as cinzas de Gades chegaram ao Ministério das Forças Armadas Revolucionárias, em Havana, acompanhadas pela viúva Eugenia, suas filhas e alguns amigos. Posteriormente, os restos mortais de Gades serão sepultados no Mausoléu do 2º Front Oriental Frank País.

Aos 68 anos, o artista espanhol, nascido na cidade valenciana de Elda, morreu vítima de um câncer que o afastou do cenário artístico há três anos. Além de grande artista reconhecido pelo talento, Antonio Esteve Ródenas — seu verdadeiro nome — foi um importante militante comunista. Denunciou, até seus últimos dias, o brutal bloqueio imposto pelos Estados Unidos contra Cuba. Em junho, fez sua última viagem à ilha, quando recebeu das mãos de Fidel Castro a ordem José Martí, a mais importante do Estado cubano. Na ocasião, declarou modestamente: “Nunca me senti um artista, senão um simples miliciano vestido de verde oliva”.

O bailarino iniciou sua carreira no Circo Price de Madrid, onde foi descoberto por Pilar López. Trabalhou em sua companhia durante alguns anos e tornou-se primeiro bailarino. De Pilar partiu a sugestão de mudar o sobrenome para Gades.

Entre as montagens mais elogiadas que o elevaram ao patamar dos maiores dançarinos da dança espanhola do século XX, estão Bodas de sangue, Fuenteovejuna e El amor brujo. Em

1961, apresentou seu primeiro espetáculo, Sonho, e um depois debutou em La Scala de Milán. Em 1970, formou sua própria companhia. Gades dançou com Rudolf Nureyev e trabalhou com a primeira bailarina absoluta Alicia Alonso. No cinema, participou dos espetáculos Los tarantos, de Rovira Beleta, e nos anos 80, Carlos Saura o dirigiu em Bodas de sangre, Carnem, El amor brujo e no documentário Flamenco.

Amor a Cuba

Carta de Antonio Gades a Raúl Castro é uma declaração de amor à Ilha e uma profissão de fé comunista. Abaixo, na íntegra:

Madri, 14 de julho de 2004

Querido compadre Raúl:

Quero-lhe dizer que minha esposa Eugenia e minhas filhas María, Tamara e Celia, segundo minha última vontade, lhe entregarão minhas cinzas. Faça com elas o que você achar conveniente.

Jamais pensei em ter a honra de ser seu compadre, mas, assim que o conheci, sempre estive no meu íntimo, por sua firmeza, seu exemplo de verdadeiro comunista e fidelidade ao nosso comandante.

Gostaria que soubesse que a única coisa que sinto é não ter feito mais pela Revolução.

Viva nosso Comandante, Viva Raúl, Viva nosso Partido Comunista de Cuba.

Abraços para Colomé e para a família toda. Partizulavmo no um minto forte para Viena e para você.

Sempre as ordens

Antonio

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

IMPOSTOS

Carga tributária e crescimento

UMBERTO MARTINS

Pressionado pelo empresariado, pela mídia e, adicionalmente, por políticos da base aliada, o governo federal voltou atrás da decisão de elevar de 20% para 20,6% a contribuição previdenciária dos empregadores, contrariando, ao que parece, a ortodoxia do Ministério da Fazenda, a voracidade do Leão e a afiada tesoura do Tesouro. A julgar pela expectativa geral das empresas, o recuo fará bem à economia, impedindo um avanço maior da carga tributária e favorecendo a retomada do crescimento.

A arrecadação de tributos vem batendo recordes nos últimos meses e o peso relativo dos impostos na renda nacional continua subindo, devendo alcançar 37% do PIB neste ano (em 94 equivalia a 28,9%). Esta evolução não contribuiu para o desenvolvimento do Brasil, muito pelo contrário.

À exceção de algumas estatais e, possivelmente, certos serviços, hoje o Estado pouco ou nenhum valor agrega à riqueza gerada pelo trabalho, tendo se transformado, essencialmente, numa grande máquina improdutivo.

Aquilo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) computa como renda do governo é, grosso modo, subtraído do conjunto da sociedade, basicamente dos trabalhadores e das empresas, através dos impostos. A carga tributária acaba tendo um efeito negativo sobre o mercado interno, reduzindo o consumo dos trabalhadores, a poupança e os investimentos privados. Nisto, tem razão quem argumenta que a voracidade do Leão compromete a recuperação econômica.

Todavia, é preciso frisar que a carga tributária não seria um problema maior se — e neste se está o x da questão — o Estado devolvesse à sociedade os recursos que dela retira — muitas vezes de modo sorrateiro e de duvidosa legalidade, como sugere o aumento do Imposto de Renda através da não

correção da tabela — na forma de investimentos públicos produtivos, recuperando estradas, criando frentes de trabalho, aumentando a verba para a reforma agrária, promovendo a reforma urbana e a valorização e universalização dos serviços públicos. Assim, os tributos estariam contribuindo para o desenvolvimento, propiciando melhor distribuição da renda e fortalecendo o mercado interno.

Isto que vem ocorrendo. Parcela substancial dos recursos vai constituir espantoso superávit fiscal para acalmar credores e garantir o pagamento das dívidas externa e interna, operando a máquina pública e a política econômica numa redistribuição perversa e injusta da renda em benefício do capital financeiro, com repercussões seriamente negativas para o desenvolvimento.

É como diz a carta do IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política — SEP, publicada: “A manutenção da política de esterilização de recursos tributários para enfrentar o serviço da dívida pública com juros fixados pelo próprio governo constitui um mecanismo poderoso de transferência de renda das famílias assalariadas para uma elite rentista, numa prática que só faz aprofundar a realidade perversamente desigual do país. Essa transferência, além do mais, alimenta a armadilha da dívida pública, deixando o Tesouro Nacional incapaz de financiar políticas de desenvolvimento econômico e social de competência da União que viabilizem a criação de empregos e a elevação da massa salarial. Em 2003, por exemplo, foram gastos R\$ 145 bilhões com juros da dívida pública, mais do que todas as despesas dos Três Poderes no âmbito federal (descontados os gastos com previdência social) e o equivalente a mais de 18 vezes o orçamento anual de todas as universidades federais.”

ANENCEFALIA

Almas penadas

CARLOS POMPE

O parlamento do Irã aprovou, dia 20 de julho, lei que pode legalizar o aborto nos estágios iniciais da gestação, quando a vida da mãe estiver em risco ou for constatado que o embrião sofre de malformação. A gravidez poderá ser interrompida até 17 semanas após a concepção. Para os islâmicos, este é período em que o espírito se “materializa” no humano. O advogado Ali Bagbanian justificou o prazo afirmando que abortos “não são aceitáveis depois que o feto recebe uma alma, mesmo quando a vida da mãe está em risco ou o feto é anormal”. Interrupções por gestação indesejada e por motivos sociais ou econômicos continuarão proibidas no Irã. A proposta deverá ser aprovada pelo Conselho de Guardiães, de 12 integrantes, antes de virar lei.

No Brasil, onde o cristianismo é a seita que mais influencia o Estado, até mesmo a pesquisa envolvendo embriões encontra dificuldades para ser legalizada.

Quando a alma surge no indivíduo? São muitas as teorias. No Gênesis, Deus cria “o homem à sua imagem” e “os criou homem e mulher” (1,27) já adultos. No mesmo Gênesis (2,7) “Javé Deus modelou o homem com a argila do solo, soprou-lhe nas

narinas um sopro de vida, e o homem tornou-se um ser vivente”. Se o “sopro da vida” for interpretado como alma, também era adulto o primeiro homem a se tornar “um ser vivente”. Pouco depois, em Gênesis 2,18, “Javé Deus disse: ‘Não é bom que o homem esteja sozinho. Vou fazer para ele uma auxiliar que lhe seja semelhante’”. A primeira mulher já surgiu adulta. E com alma.

Mesmo hoje, há quem afirme que a alma está presente no espermatozóide ou no óvulo, mesmo antes de ser fecundados. A legislação brasileira admite o aborto quando há risco de vida para a mãe.

Santo Agostinho (354-430) e São Tomás de Aquino (1225-1274) não consideravam homicídio o aborto nos primeiros meses de gestação. Mais de 700 anos depois, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em junho de 2004, enviou carta ao Senado pressionando-o para que impeça a pesquisa utilizando células-tronco, alegando não ser “lícito jamais sacrificar uma vida humana já presente no embrião” — em outras palavras, a alma está “presente no embrião”. Uma discordância séria com seus colegas islâmicos, que consideram que somente depois de 119 dias da fecundação a alma estará “materializada” no corpo...

FORMAÇÃO

Escola Nacional do PCdoB elabora currículo

Ocorreu em São Paulo, dia 17 de julho, na sede do Instituto Maurício Grabois, reunião da Formação e Propaganda para debater e consolidar a concepção e as diretrizes do currículo da Escola Nacional do PCdoB.

O evento teve por base o texto “Subsídios para a elaboração da proposta de currículo” e reuniu camaradas envolvidos com o projeto da Escola Nacional; coordenadores de núcleos de ensino e pesquisa; coordenadores de sessões regionais da Escola; membros da comissão nacional de formação e membros da comissão de organização.

Augusto Buonicore abriu os trabalhos lembrando a trajetória recente da Escola Nacional. Nereide Saviani, coordenadora da Escola, ressaltou as premissas e diretrizes para um currículo adequado à Escola do Partido, sua concepção de formação e objetivos gerais, os conteúdos e níveis previstos e ques-

tões de desdobramentos para o processo de elaboração do currículo.

Ocorreram 28 intervenções de camaradas e várias contribuições ao texto. As contribuições foram consideradas e foi apresentado encaminhamento do trabalho. Houve concordância com o teor do documento e sua estruturação básica, apontando o rumo da elaboração do currículo, com a devida organização e constituição de um grupo de trabalho.

O objetivo imediato é a elaboração de uma proposta-piloto do currículo, com a apresentação da primeira versão para após as eleições e com prazo até dezembro para sua conclusão. A proposta final será consolidada na atividade de fevereiro da Escola Nacional.

Edvar Bonotto apresentou o projeto em curso da *Princípios* bimestral e Adalberto Monteiro fez uma intervenção sobre “A formação e propaganda no processo eleitoral”.

COMUNICAÇÃO

Princípios inaugura nova fase e analisa as eleições

Com manchete “Eleições 2004: as forças da mudança e do retrocesso novamente em confronto” a revista *Princípios* inaugura sua nova periodicidade bimestral, trazendo mais de uma dezena de textos que enfocam os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais em debate — com centro nas questões municipais, urbanas e metropolitanas.

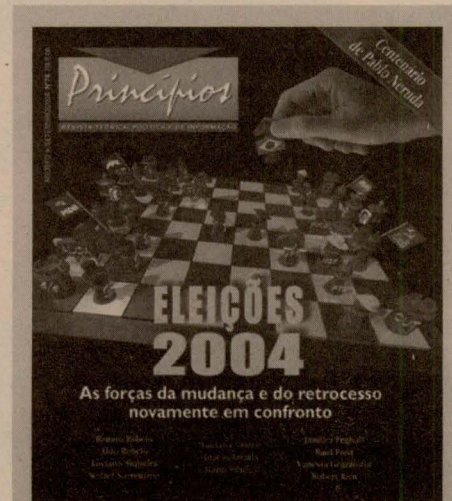
Em consonância com o novo momento político que vive nosso país e a cada vez maior dimensão que vem tomando a luta de idéias em torno de saídas que contemplem um novo projeto para o Brasil, a revista — política, teórica e de informação — assume uma nova feição: agora bimestral, com um novo projeto gráfico, com mais informações e análises, possibilitando maior participação no debate em curso.

A estreia da nova *Princípios* é marcada pela opinião e posição política clara de fortalecimento das forças congregadas em torno do presidente Lula por ocasião do maior acontecimento político do ano: as eleições municipais e a centralidade da questão urbana no debate. Para tanto apresenta análise de Renato Rabelo, presidente do PCdoB, que equaciona as condicionantes objetivas do pleito, e entrevista o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que faz um balanço dos êxitos e desafios do governo Lula.

Merecem destaque um bloco de matérias sobre a problemática urbana brasileira. Dentre elas, as entrevistas com alguns dos principais candidatos da base aliada do governo Lula em Fortaleza, Manaus, Rio de Janeiro, Olinda, Teresina, São Paulo e Porto Alegre. O discurso progressista para este debate está abordado no artigo de Walter Sorrentino. Luciano Siqueira trabalha a relação entre o município e a questão nacional.

No conteúdo internacional cabe destaque ao manifesto assinado por intelectuais e artistas brasileiros em apoio a Hugo Chávez da Venezuela.

Nereide Saviani faz análise minuciosa



Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, fone 11 3266-4312, endereço eletrônico anita.garibaldi@uol.com.br, ao preço de R\$ 8,00 o exemplar.

das Diretrizes do MEC para a reforma universitária. A idéia de educação superior como questão de Estado fica muito clara na transcrição da intervenção da professora Ana Lúcia Gazzola no “Seminário Nacional sobre Educação Superior”, organizado pelo Instituto Maurício Grabois e a Liderança do PCdoB, em junho.

O 50º aniversário do suicídio de Vargas motiva a publicação da famosa “Carta-Testamento de Getúlio Vargas”, e artigos de José Carlos Ruy “A luta pela autonomia” e Augusto Buonicore “Radicalização e crise do segundo governo Vargas”.

Sérgio Barroso elucida a tragédia do Plano Real em forma de desnacionalização, dívidas e desemprego. A intervenção do ministro da Cultura, Gilberto Gil, no Fórum Cultural Mundial também mereceu destaque, juntamente com artigo de Danilo Moreira (“Políticas públicas para a juventude”) e o comentário de José Carlos Ruy “A luta pela autonomia”. Um artigo originalmente publicado na norte-americana *Monthly Review* que expôs a nova face do desemprego nos EUA.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NERUDA

O poeta popular do amor e das coisas singelas

GUILLERMO TEILLER*

Senhores e senhores, companheiras e companheiros, amigas, amigos, comunidade da Ilha Negra, direção e funcionários deste museu, presidente da Sociedade de Escritores do Chile, dirigentes sindicais, estudantis e de organizações sociais. Representantes do Poder Democrático Social, representantes do governo de Cuba, Cultura em Movimento, poetas, escritores, artistas:

Quero agradecer a todos e em especial ao Comitê Amplo de Comemoração do Centenário de Pablo Neruda por nos dar esta oportunidade de falar em nome do Partido Comunista do Chile. Vocês compreenderão que temos uma razão muito especial para fazê-lo. Não foi fácil para nós, como não o foi em algumas passagens da vida de nosso poeta, lograr um espaço para dar a conhecer nossa voz. Porém aqui estamos, são milhares os que nos acompanham nesta homenagem popular e creio interpretá-los ao dizer que cada um deles vem expressar seu imenso carinho e admiração.

Permita-me, então, Pablo, falar contigo, neste teu centenário, como alguém mais de teu povo, livre de investidas e de qualquer ostentação, porque tu que alcançaste o modo sensível e magnífico de interpretar os sonhos daqueles que, clamando por justiça e dignidade, deixaram seus ossos, sua alegria e seu sangue ao largo da pátria, não necessitas de grande pompa nem da homenagem vã.

Para ti, o melhor presente poderia ser o sentimento contido nas lágrimas, às vezes amargas, de uma mãe, ou o riso alegre de uma criança, uma flor da mão calejada de

um operário, a lembrança de um desaparecido, o encanto do amor de um par de dançarinos, a amizade de um amigo, a lealdade de um companheiro, uma canção, um verso.

Aqui estamos, na Ilha Negra, junto a ti, os herdeiros de teu testamento poético, porém deserdados por decreto supremo.

Porém que importam, Pablo, as coisas materiais, se do mesmo modo como se fará com as amplas alamedas, se abrirão também teus museus, para que entre o ar popular e o impregne todo de teus poemas, de tuas idéias e teus sentimentos, da totalidade de tua verdadeira herança.

Vimos alegres, porque quando veio o golpe e as baionetas ensangüentadas trocavam o amor de teus poemas pela dor de teu povo, talvez sentiste que tudo terminava.

Era tanta a desesperança que nem mesmo a grandeza de teus sonhos poderia superá-la.

Passaram-se mais de trinta longos anos e hoje te dizemos que nem tudo está perdido, de novo a luta está nas ruas, nenhum dos teus se dobrou ante a injustiça.

Hoje, quando de novo a guerra, quando de novo o imperialismo submete e humilha os povos, de novo, Pablo, a humanidade se levanta. A solidariedade se estende para o Iraque e Palestina; para a Cuba de Martí, teu irmão; para a Venezuela, onde, como disseste, Bolívar construía um sonho, o sonho de nossa América libertada do domínio imperial.

E em nossa pátria, Pablo, de novo a unidade para defender e recuperar nosso cobre, de novo a unidade para construir a democracia que não existe, de novo a unidade para libertar ao explorado, de novo a unidade

de para avançar com os mais humildes que tanto amaste e enalteceste.

Tanta riqueza que brota de nossas minas, de nossos mares e bosques, tanta riqueza que levam, tanta pobreza que deixam, tanta desolação que aguarda, como na pradaria do salitre ou no vale do carvão.

Como humilham ao trabalhador, como nos excluem com suas leis aviltadas pelas ânsias de riqueza e poder, como roubam e prevaricam.

Como adiam os desejos de verdade e justiça.

Por isso, de novo a luta nas ruas, nas minas, nos portos, nas escolas, nos hospitais, por isso de novo teus poemas do sul ao norte, da cordilheira ao mar, como o alento de nossas vozes que se alçarão uma e outra vez até alcançar a igualdade mais humana, a liberdade mais fraterna.

Pablo, vimos celebrar contentes de estar contigo, de forma modesta, porque não se necessita do mármore e nem do ferro para forjar tua estirpe, nem de tanta erudição ou de obscuras interpretações sobre tua qualidade humana e tua obra para saber quem eras. Eras simplesmente Pablo Neruda, nosso companheiro e amigo, o poeta popular do amor e das coisas singelas; o compatriota que navega em sua barca universal, por sobre o esquecimento e a promiscuidade intelectual, como um ginete justiceiro da liber-

dade e das gestas heróicas de cada povo nativo, de cada nova nação americana, de nossa própria independência e da luta, em cada rincão de nosso solo, do trabalhador, do camponês, da mulher, dos jovens. Eras como um símbolo do canto que alenta nossos triunfos e derrotas, que nos iluminou na escura noite do terror e que hoje de novo nos leva pelo caminho da esperança e da fé na vitória, com a mesma força que os fizera nosso presidente Salvador Allende.

Tu nos disseste uma vez:

Não renunciais ao dia que os entregam os mortos que lutaram. Cada espiga nasce de um grão entregue à terra, e como o trigo, o povo inumerável junta raízes, acumula espigas, e na tormenta desencadeada sobe à claridade do universo.

Não renunciemos, Pablo, cada um dos que lutaram, desde Recabarren, cada um de nossos heróis e mártires, caminha conosco, somos como um livro aberto que se extravasa para o povo, como teus versos e teu canto.

Feliz aniversário companheiro Pablo Neruda — O povo vencerá!

*secretário-geral do PC do Chile, intervenção em homenagem a Pablo Neruda no centenário de seu nascimento, na Ilha Negra, 11 de julho de 2004



Era a sede e a fome, e tu foste a fruta.
Era a dor e as ruínas, e tu foste o milagre.

Ab mulher, não sei como me pudeste conter na terra da tua alma, e na cruz dos teus braços!

Meu desejo de ti foi o mais terrível e curto, o mais revoltado e ébrio, o mais tenso e ávido.
Cemitério de beijos, ainda há fogo nas tuas tumbas, ainda os cachos ardem bicados de pássaros.

Oh a boca mordida, oh os beijados membros, os famintos dentes, oh os corpos trançados.

Oh a cópula louca de esperança e esforço em que nos unimos e nos desesperamos.

E a ternura, leve como água e farinha. E a palavra mal começada nos lábios.

Esse foi o meu destino e nele viajou a minha vontade, e nele caiu a minha vontade, tudo em ti foi naufrágio!

A meu partido

Me deste a fraternidade para o que não conheço.

Me acrescentaste a força de todos os que vivem.

Me tornaste a dar a pátria como em um nascimento.

Me deste a liberdade que não tem o solitário.

Me ensinaste a acender a bondade, como o fogo.

Me deste a retidão que necessita a árvore.

Me ensinaste a ver a unidade e a diferença dos homens.

Me mostraste como a dor de um ser morreu na vitória de todos.

Me ensinaste a dormir nas camas duras de meus irmãos.

Me fizeste construir sobre a realidade como sobre uma rocha.

Me fizeste adversário do malvado e muro do frenético.

Me fizeste ver a claridade do mundo e a possibilidade da alegria.

Me fizeste indestrutível porque contigo não termino em mim mesmo.

Amazonas

Amazonas,
capital das sílabas da água,
pai patriarca, és
a eternidade secreta
das fecundações,
te caem os rios como aves, te cobrem
os pistilos cor de incêndio,
os grandes troncos mortos te povoem de perfume,
a lua não pode vigiar-te ou medir-te
És carregado de esperma verde
como árvore nupcial, és prateado
pela primavera selvagem,
és avermelhado de madeiras,
azul entre a lua das pedras,
vestido de vapor ferruginoso,
lento como um caminho de planeta.

IMPRESSO

